



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CAMPUS AVANÇADO DE SOBRAL
CURSO DE FINANÇAS

FRANCISCA CLEYANE ALBANO FERREIRA

ANÁLISE DA POLÍTICA INDUSTRIAL NA CORÉIA DO SUL ENTRE AS DÉCADAS
DE 1960 E 1980

SOBRAL

2018

FRANCISCA CLEYANE ALBANO FERREIRA

ANÁLISE DA POLÍTICA INDUSTRIAL NA CORÉIA DO SUL ENTRE AS DÉCADAS DE
1960 E 1980

Monografia apresentada ao Curso de Finanças
do *Campus* de Sobral da Universidade Federal
do Ceará para adquirir o título de Bacharel em
Finanças.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Georgeana Amaral
Maciel da Silveira

SOBRAL

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A286a Albano, Cleyane.
ANÁLISE DA POLÍTICA INDUSTRIAL NA CORÉIA DO SUL ENTRE AS DÉCADAS DE 1960 E
1980 / Cleyane Albano. – 2018.
55 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Campus de Sobral,
Curso de Finanças, Sobral, 2018.
Orientação: Prof. Dr. Georgeana Amaral Maciel da Silveira.

1. Desenvolvimento econômico. 2. Coreia do Sul. 3. Política Industrial. I. Título.

CDD 332

FRANCISCA CLEYANE ALBANO FERREIRA

ANÁLISE DA POLÍTICA INDUSTRIAL NA CORÉIA DO SUL ENTRE AS DÉCADAS DE
1960 E 1980

Monografia apresentada ao Curso de Finanças
do *Campus* de Sobral da Universidade Federal
do Ceará para adquirir o título de Bacharel em
Finanças.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Georgeana Amaral Maciel da Silveira (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^ª. Dr^ª. Alesandra de Araújo Benevides
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^ª. Dr^ª. Ana Sara Ribeiro Parente Cortez Irffi
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A minha mãe e irmãs.

Aos meus avôs.

Ao meu companheiro, Josa R. Vidal Júnior.

A meus familiares, amigos, professores e
gatos.

AGRADECIMENTOS

À minha família pelo incentivo e apoio.

Ao Josa Rodrigues Vidal Júnior, com quem dividi as frustrações e vitórias conquistadas nesses anos e quem me ajudou a trilhar o caminho até aqui.

Aos meus amigos, todos eles, vocês são incríveis.

À Prof.^a Dr.^a. Georgeana Amaral Maciel da Silveira, pela orientação e paciência.

Aos participantes da banca examinadora Prof.^a Dr.^a. Sara e Prof.^a Dr.^a. Alesandra pela disposição e por serem tão extraordinárias, assim como quase todos os professores dos cursos de Finanças e Economia da UFC Sobral.

À Universidade Federal do Ceará pelo ambiente que me acolheu nos últimos quatro anos e aos professores do curso de Finanças por serem os melhores professores que já tive.

À PRAE, por me conceder o Auxílio Moradia, pois sem ele teria sido quase impossível concluir este curso.

E aos meus gatos, que me passaram a serenidade que tanto precisei nesse processo.

“O desenvolvimento "da pobreza à riqueza" da Coreia do Sul é frequentemente citado como um milagre "feito pelo homem". É um milagre, no sentido de que no período de três décadas, o país poderia alcançar o tipo de transformação estrutural (de uma economia agrária de subsistência para uma moderna potência industrial) que os países industrializados de hoje levaram quase um século para alcançar. A transformação foi, além disso, alcançada com um grau de distribuição de renda relativamente equitativa pelos padrões internacionais.” (Kwan S. Kim, 1991)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar as medidas e ações de política industrial implementadas na Coreia do Sul entre as décadas de 1960 e 1980, e para melhor compreensão sobre a política foi apresentado, primeiramente, o conceito de política industrial, as principais justificativas para a sua utilização, seguido da apresentação da discussão que envolve o assunto, e para isso a visão de estudiosos sobre esse tipo de política foi de grande importância para este estudo. A partir disso, o artigo segue para o caso sul-coreano na implementação da política industrial. A Coreia do Sul partiu de uma economia subdesenvolvida para uma economia desenvolvida em três décadas, 1960 a 1980, após passar por um período de colonização que durou 35 anos e uma guerra civil devastadora que ocorreu nos anos de 1950. O país alcançou um elevado desenvolvimento mantendo altas taxas de crescimento do PIB durante todo o período em questão, e embora tenha apresentado taxas negativas em alguns anos, a recuperação se deu já no ano seguinte. O desenvolvimento sul-coreano se deu com uma relativa baixa desigualdade de renda, principalmente se comparada ao Brasil. Foi apresentada uma breve comparação entre esses dois países dado o fato de ambos terem se utilizado de políticas industriais com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e apenas um deles, a Coreia do Sul, ter atingindo o nível de país desenvolvido. Foi apontado e discutido brevemente as consequências negativas do rápido crescimento e intervenção do Estado na economia na Coreia do Sul. O resultado dos Planos Quinquenais para a economia sul-coreana pode ser visualizado a partir das taxas de crescimento do PIB e das exportações e do nível de participação do setor industrial na economia, em todos esses casos os números mantiveram-se altos durante o período de análise.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico. Coreia do Sul. Política Industrial.

ABSTRACT

This work aims to present the measures and actions of industrial policy implemented in South Korea between the decades of 1960 and 1980, and for a better understanding of the policy was presented, first, the concept of industrial policy, the Main justifications for its use, followed by the presentation of the discussion that involves the subject, and for this the view of scholars about this type of policy was of great importance for this study. From this, the article follows to the South Korean case in the implementation of industrial policy. South Korea has gone from an underdeveloped economy to an economy developed in three decades, 1960 to 1980, after going through a period of colonization that lasted 35 years and a devastating civil war that occurred in the years of 1950. The country has achieved high development while maintaining high GDP growth rates throughout the period in question, and although it has shown negative rates in a few years, the recovery took place the following year. South Korean development took on a relative low income inequality, especially when compared to Brazil. A brief comparison between these two countries was presented, given the fact that both were used in industrial policies with the aim of promoting economic development and only one of them, South Korea, reaching the level of developed country. The negative consequences of rapid growth and state intervention in the economy in South Korea were briefly pointed out and discussed. The result of the five-year plans for the South Korean economy can be visualized from the growth rates of GDP and exports and the level of participation of the industrial sector in the economy, in all these cases the numbers remained high during the period of analysis. From this, the article follows to the South Korean case in the implementation of industrial policy.

Keywords: Economic development. South Korea. Industrial policy.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Comparação entre as rendas per capita brasileira e sul-coreana (1960 a 2010)	45
Gráfico 2 - Comparação entre a produtividade dos trabalhadores brasileiro e sul-coreano (1960 a 2010).....	45

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Indicadores econômicos e sociais da Coreia do Sul (1960 a 2010)	26
Quadro 2 - Taxas de crescimento do PIB e da exportação e a Participação por setor no PIB (1962 a 1972).....	33
Quadro 3 - Taxas de crescimento do PIB e da exportação e a Participação por setor no PIB (1973 a 1980).....	36
Quadro 4 - Taxas de crescimento do PIB e da exportação e a Participação por setor no PIB (1982 a 1990).....	38
Quadro 5 - Indicadores econômicos e sociais do Brasil (1960 a 2010)	44
Quadro 6 - Escolaridade e Distribuição de renda da Coreia do Sul e do Brasil (1970 a 1990)	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEO	Chefe Executivo de Ofício
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNI	Fundo Nacional de Investimentos
HCI	<i>Heavy and Chemical Industries</i>
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IED	Investimento Estrangeiro Direto
ISI	Industrialização por Substituição De Importação
JK	Juscelino Kubitschek
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
RNB	Renda Nacional Bruta
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE SÍMBOLOS

US\$ Dólar Americano

% Porcentagem

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
3 POLÍTICAS INDUSTRIAIS NA CORÉIA DO SUL	25
3.1 História da Coréia do Sul	26
3.1.1 <i>Colonização e Guerra da Coréia (1910 a 1953)</i>	26
3.1.2 <i>Economia sul-coreana no pós-guerra (1953 a 1961)</i>	28
3.2 O Crescimento Econômico Sul-coreano (1962 a 1979)	29
3.3 A Liberalização Econômica Sul-coreana (1980 a 1996)	36
4 UMA BREVE COMPARAÇÃO ENTRE BRASIL E CORÉIA DO SUL	41
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

Em 1954 a Coréia do Sul (oficialmente República da Coréia) apresentou uma renda *per capita* de US\$ 1.636,82¹, fazendo parte do grupo de países subdesenvolvidos da época, e em 2018 esse valor chegou a US\$ 40.064,68, permitindo à Coréia estar entre os países desenvolvidos atualmente. Para fins de comparação, a renda *per capita* brasileira em 1954 foi de US\$ 4,222,32, valor superior ao da Coréia, contudo colocando o Brasil também no grupo de países subdesenvolvidos da época, já em 2018 esse valor foi de US\$ 15.514,07 correspondendo a menos da metade da renda *per capita* da Coréia no mesmo ano, colocando o Brasil no grupo de países em desenvolvimento. A partir disso, surge o questionamento de como a Coréia do Sul atingiu tal nível de desenvolvimento econômico, elevando-se ao nível de nação desenvolvida a partir da década de 1980.

Até o ano de 1945 a Coréia do Sul e a Coréia do Norte representavam um só país, a Coréia. Com a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial chega ao fim a colonização japonesa no país e a Península Coreana é dividida entre o domínio dos Estados Unidos (sul) e a União Soviética (norte). Alguns anos depois, devido a conflitos entre as duas Coreias, tem-se a Guerra da Coréia, que devasta ambas economias subdesenvolvidas. A reconstrução da Coréia do Sul ocorre de forma rápida e já tem-se o início da industrialização do país na década de 1960. O país passa de um dos países mais pobres do mundo, para um dos países de renda alta em três décadas.

Diversos autores associam o desenvolvimento sul-coreano às políticas industriais implementadas no país entre as décadas de 1960 e 1980, que possuíam como principal característica a orientação para exportação. A economia sul-coreana desse período foi marcada pela relação bastante próxima do Estado com a iniciativa privada, através de incentivos e subsídios aos setores estratégicos definidos pelo governo, ou seja, o Estado interferia na economia definindo que setores da economia seriam os mais importantes.

Apesar do exemplo de sucesso da Coréia do Sul que se deu, de acordo com diversos autores, devido à implementação de políticas industriais, o grau de intervenção do Estado na economia sempre foi alvo de grande divergência por parte dos economistas, mesmo que os objetivos fossem a promoção do desenvolvimento econômico e tecnológico, e a elevação da produtividade de um país, como é caso da política industrial.

¹ Renda *per capita* em valores de 2017. Fonte: Total Economy Database, publicado por The Conference Board.

Embora não possua uma definição clara e definitiva, a política industrial pode ser entendida como um conjunto de medidas e ações por parte do Estado que têm como objetivo o desenvolvimento econômico do país a partir da promoção de setores estratégicos. Quanto ao nível de abrangência na economia, as medidas e ações podem ser classificadas basicamente em dois grupos: as de abordagem horizontal e as de abordagem vertical. As primeiras são consideradas gerais, estando disponível para todos os setores da economia, podendo assim atingir a maioria ou todos os setores. Exemplos de abordagem horizontal são: a melhora do ambiente de negócios, melhor regulamentação, ampliação de investimentos em educação, em P&D e em infraestrutura e desenvolvimento do mercado de capitais etc. As de caráter vertical são seletivas, e têm como foco setores ou cadeias produtivas estratégicas predeterminadas, sendo executadas por meio de subsídios, de financiamentos e empréstimos a taxas de juros menores, incentivos à produção, proteção tarifária, todos estes direcionados aos alvos tidos como prioritários.

De acordo com Pinheiro (2013), as políticas industriais devem ser utilizadas quando existem falhas de mercado e provisão de bens públicos. Portanto, se não há falhas de mercado significativas (ou se elas são inferiores às falhas de governo), não há justificativa para o uso de políticas industriais. O autor apresenta as principais falhas de mercado que justificariam o uso de tais políticas, entre elas estão as externalidades no aprendizado e as externalidades informacionais. Mais especificamente, as externalidades no aprendizado estão relacionadas com a redução do custo marginal de produção de cada firma com o volume produzido por todas as firmas ao longo do tempo, nesse sentido as firmas pioneiras não internalizam a redução de custos que sua produção proporcionará para as futuras firmas, e assim, existe a possibilidade de que se o custo inicial for suficientemente alto, a economia não produza esse bem sem a intervenção do governo. No caso das externalidades informacionais o que ocorre é que a utilização local de tecnologias que já são empreendidas em outros países não é imediata e carece de adaptações, ou seja, a função de produção de um bem não é a mesma para todas as economias, dados a tecnologia e o ambiente econômico e institucional de cada país. Assim, existe incerteza por parte das empresas envolvidas na produção de certos bens quanto sua produtividade. Logo, se tal informação só é revelada após o investimento e o retorno desse investimento não é inteiramente capturado, há espaço para intervenção do governo (PINHEIRO, 2013).

Contudo, o debate relacionado à implementação de políticas industriais está longe de acabar, o que motiva o presente estudo. Em resumo, este trabalho traz, no capítulo 2, uma

breve sondagem sobre a discussão relacionada ao uso das políticas industriais; no capítulo 3 serão expostas algumas das diversas medidas e ações tomadas pelo governo sul-coreano objetivando o desenvolvimento econômico do país entre as décadas de 1960 e 1980. Dado o fato de o Brasil também ter se utilizado de políticas industriais e não ter alcançado um desenvolvimento econômico próximo ao que foi alcançado pela Coreia do Sul, no capítulo 4 será realizada uma breve comparação entre os resultados das políticas em cada país, sendo seguido pelo capítulo 5, de considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A intervenção do Estado na economia sempre foi alvo de calorosos debates, mesmo que o objetivo seja a promoção do desenvolvimento econômico e tecnológico, e elevação da produtividade de um país. Uma dessas formas de intervenção com tais objetivos é a chamada Política Industrial, que divide a opinião dos economistas sobre sua real necessidade e eficácia há muito tempo.

A controvérsia que envolve políticas industriais inicia-se já na sua própria definição e nível de abrangência. Para Di Maio (2014) parte do desacordo quanto seus prós e contras está relacionado à falta de nitidez em sua definição. O autor, em seu artigo, apresenta algumas das muitas definições já utilizadas para caracterizar políticas industriais, como por exemplo a do Banco Mundial (1993), que toma como política industrial os esforços do governo para modificar a estrutura industrial de modo a impulsionar crescimento apoiado em produtividade, a de Pack (2000), que considera como políticas industriais as ações governamentais designadas a atingir setores específicos para aumentar sua produtividade. Outras definições citadas pelo autor vão além da simples escolha de setores específicos que possuem alto potencial de crescimento, como a definição de Cimoli, Dosi e Stiglitz (2009) que inclui desde o apoio industrial direcionado até políticas relacionadas ao comércio, regulamentação, inovação, educação e formação de habilidades, e de Rodrik (2007) que consiste em um processo que abrange um “diálogo” entre o estado e o setor privado para a geração de informações de modo a identificar e remover as restrições ao desenvolvimento. Porém, o autor toma como definição de política industrial um “conjunto de medidas governamentais destinadas a indústrias ou firmas específicas – determinadas a apoiar o desenvolvimento e a modernização da produção industrial” (DI MAIO, 2014).

Ferreira (2005) toma política industrial de um modo mais restrito, sendo as políticas setoriais, uma vez que, segundo o autor, uma definição mais ampla de política industrial que abrange “todas as medidas e programas que afetariam direta ou indiretamente o setor industrial”, integrando aí investimentos em educação e infraestrutura, possui menor utilidade prática, uma vez que é quase a própria definição de políticas públicas.

Para Suzigan e Furtado (2006) política industrial visa o desenvolvimento de atividades que geram mudança tecnológica ou a solução de problemas no setor produtivo identificados pelo governo ou por empresas privadas. De acordo com os autores a política industrial não se restringe ao setor industrial, contudo o setor industrial é o mais importante e

por isso merece maior foco, uma vez que foi esse setor que reuniu grande parte dos setores difusores de inovações e dos avanços produtivos, e que se o setor industrial é o núcleo da política industrial, isso se deve “à sua capacidade de irradiar efeitos sobre o sistema econômico”.

Contudo, para Lisboa e Pessoa (2016) o setor industrial é tão importante quanto qualquer outro setor na economia, uma vez que os autores desconhecem trabalhos com base microeconômica que demonstrem a existência de externalidades realmente importantes associadas ao setor. De acordo com os autores, a hipótese que o fortalecimento da indústria tem como consequência maior produtividade parece ser pouco correta para as economias com renda média já urbanizadas, dado que há evidência sólida de que o diferencial de produtividade entre os países desenvolvidos e os de renda média decorre do atraso não no setor industrial, mas sim no setor de serviços.

Vale ressaltar aqui as diferenças na definição e abrangência utilizadas pelos autores que se mostram contrários e favoráveis a implementação de políticas industriais. De acordo com Karl Aiginger (2007) os mais contrários a política industrial partem para uma abordagem mais setorial e específica, que se utilizam de intervenções específicas na indústria, subsídios ou barreiras comerciais, enquanto que os que se mostram favoráveis a políticas industriais tendem a descrevê-la de modo mais abrangente, com uma definição mais ampla, englobando promoção de inovação, educação além de melhores condições para a realizações de negócios. Para o autor existe uma definição que se encontra no “meio da estrada”, que consiste em um conjunto de atividades que favorece um ambiente para os negócios e para a adaptação da produção à mudança da demanda interna ou externa.

Para Aiginger (2007) a política industrial não se concentra e nem deve se concentrar apenas na manufatura, dado que os serviços relacionados à produção estão se mostrando cada vez mais competitivos. De acordo com o autor, a participação do setor manufatureiro no PIB *per capita* apresenta um padrão *humped-shaped*, ou em forma de corcunda, subindo durante o período de industrialização do país e depois decaindo com o aumento dos níveis de renda, desta maneira, nos países de renda média a indústria exhibe maior participação no PIB e uma das razões pra esse fato é que os serviços possuem maior elasticidade de renda, ou seja, quanto maior a renda *per capita* maior é a demanda por serviços no país.

Contudo, a manufatura ainda representa o motor de crescimento para muitos setores, além de promover o desenvolvimento de novas tecnologias. O setor industrial e de

serviços estão se tornando cada vez mais unificados, permitindo definir indústria como o setor que engloba tanto o processo de produção de bens, como os serviços a ele relacionados, como finanças, tecnologia da informação e comunicação e logística, distinguir os dois setores não só está se tornando cada vez mais inútil como estatisticamente turvo, desta maneira, a política industrial deve se concentrar em todos os serviços relacionadas à produção (AIGINGER, 2007).

Aiginger (2007) apresenta diversos argumentos contra políticas públicas como por exemplo, medidas antes temporárias para neutralizar falhas específicas podem se tornar permanentes, mesmo que não sane o problema inicial; projetos podem ser mal gerenciados; além do que nem sempre uma falha de mercado exige intervenção governamental. Para o autor maior acessibilidade ao mercado, a concorrência e o surgimento de novas empresas seriam melhores substitutos ao subsídio e a regulação da produção e de preços, e mais interessante do que controle e subsídios na redução de falhas de mercados são direitos de propriedade bem definidos e controle de qualidade, uma vez que com a própria globalização a utilização de intervenções através de tarifas e subsídios tornou-se cada vez mais limitada.

É importante destacar que intervenções sob a forma de tarifas e subsídios são restringidas por diversos acordos bilaterais e até mesmo pela OMC e FMI. Ferreira e Hamdan (2004) chamam atenção para a possibilidade de retaliações por parte dos parceiros comerciais quando um país se utiliza de políticas de incentivos setoriais. Assim, ao se utilizar de restrições comerciais com o objetivo de proteger certos setores por exemplo, uma economia aberta deve estar ciente de seus compromissos com parceiros comerciais e obedecer os diversos acordos previamente acertados (FERREIRA e HAMDAN, 2004 *apud* HAY, 1998).

Os autores discutem entre outras problemáticas referentes à implementação de políticas industriais setoriais no Brasil, os benefícios que podem ser gerados a partir uma maior abertura comercial. Acesso a melhores insumos que ocasiona maior produtividade doméstica, redução do custo de inovação dado o aumento de trocas de produtos e ideias com nações mais desenvolvidas, dentre essas vantagens proporcionadas por uma maior abertura comercial, a exposição à competição pode ocasionar a redução de problemas associados a barreiras comerciais, como a corrupção e rent-seeking.

De acordo com Ferreira e Hamdam (2004), as políticas industriais direcionadas a setores deficitários penalizam os setores mais competitivos da economia, se há um problema no balanço de pagamentos o foco deveria ser nesses últimos setores, que por serem superavitários poderiam compensar os deficitários. Da mesma forma, Pinheiro *et al.* (2007) também acredita que tais políticas devem dar suporte aos setores nos quais o país apresenta

bom desempenho exportador, o foco deveria ser o de aumentar a produtividade de setores nos quais o país possui vantagem comparativa.

Para Lin (2017) “todo país em desenvolvimento tem potencial para crescer dinamicamente por décadas e se tornar um país de renda média ou mesmo de alta renda em uma ou duas gerações, desde que seu governo tenha a política industrial correta para facilitar o desenvolvimento do setor privado nos moldes das vantagens comparativas [...]”. Sendo a vantagem comparativa de um país a situação na qual ele produz um bem ou serviço a um custo de oportunidade menor que o de seus concorrentes, as economias que tentam se desviar de suas vantagens comparativas provavelmente terão um desempenho ruim, assim se uma economia segue sua vantagem comparativa no desenvolvimento de suas indústrias ela possuirá maior chance de se tornar competitiva nos mercados internos e externos.

Contudo, se a economia objetivar o crescimento apenas adicionando mais e mais capital físico e mão-de-obra a essas indústrias, as economias acabarão por cair em retornos decrescentes, portanto, se faz necessário atualização dessas indústrias e de suas tecnologias para manter-se competitivas no mercado. Dessa maneira, segundo Lin (2017) existe aí a necessidade de garantir um crescimento consistente da economia do país com sua vantagem comparativa, porém alguns custos e benefícios da atualização industrial contínua não podem ser internalizados por firmas individuais, uma vez que as pioneiras podem tanto fracassar quando ter sucesso na nova empreitada e em ambos os casos suas experiências resultam em informações valiosas e gratuitas para outras empresas. No primeiro caso, a livre entrada não permite que a renda monopolista cubra os custos da primeira empresa, e no segundo caso, elas devem simplesmente arcar com os custos do fracasso sozinhas. Nesse sentido, para Lin (2017) o valor social do investimento das empresas pioneiras é geralmente muito maior do que o valor privado gerado, dessa forma as empresas individuais se tornaram relutantes em atualizar a estrutura industrial sozinhas.

Além disso, um processo de modernização industrial e tecnológica requer melhorias simultâneas em infraestrutura, incluindo instituições educacionais, financeiras e jurídicas, assim como ferrovias, portos e fontes de energias, de modo que as empresas modernizadas possam reduzir seus custos de transação (LIN, 2017 *apud* HARRISON e RODRÍGUEZ-CLARE, 2010). Segundo Lin (2017), o desenvolvimento econômico é um processo dinâmico e requer coordenação, e embora o mercado seja um mecanismo básico necessário para uma alocação eficiente de recursos, o crescimento dinâmico demanda um papel proativo e facilitador do governo, a partir do fornecimento de informações, coordenação das melhorias na infraestrutura, subsídios para as atividades com externalidades na fase inicial

e na atração de investimentos estrangeiros diretos (IED) para superar os déficits de capital social e outras restrições intangíveis.

Entretanto, para Shanta Devarajan (2018) políticas públicas destinadas a estimular o crescimento industrial e, em última instância, a transformação da economia, apresentaram resultados decepcionantes, principalmente em algumas das regiões mais pobres do mundo, o economista apresenta três razões pelas quais a política industrial falha. Os argumentos citados pelo autor são os seguintes:

- A presença de distorções: o que acontece é que a política industrial é utilizada para corrigir uma falha de mercado que está impedindo a industrialização e essa falha é tida como a única distorção da economia, porém essas economias estão cheias de distorções, como regulamentações do mercado de trabalho e infraestrutura precária, nessa conjuntura a correção da falha de mercado associada à política industrial pode não promover a industrialização;
- A captura política: as políticas industriais podem ser facilmente capturadas por grupos politicamente poderosos que a manipulam de acordo com seus próprios interesses;
- A escolha de setores, e não empresas: a política industrial escolhe setores “vencedores” que receberão tratamento especial baseando-se em alguma vantagem comparativa, porém, podem existir empresas em setores sem vantagem comparativa óbvia que são exportadoras bem-sucedidas e uma das características comuns entre elas é a qualidade da administração, assim a política industrial seria mais eficaz se focasse nessas empresas e não em todas as empresas de um setor.

Dani Rodrik (2004) apresenta contra-argumentos para algumas das principais justificativas apresentadas por quem se mostra contrário às políticas industriais, porém dos três argumentos citados por Devarajan, apenas o da captura política foi citado pelo autor. O contra-argumento apresentado pelo autor foi que políticas industriais podem ser capturadas por interesses de grupos poderosos, assim como a própria escolha por privatização. Outro argumento citado pelo autor é o fato de que os países em desenvolvimento necessitam das burocracias competentes, aqui o autor alega a escassez de burocracias competentes na maioria dos países em desenvolvimento e que nesse caso os países poderiam se utilizar de bolsões de competência burocrática.

Em seu artigo intitulado *Industrial Policy for the twenty-first century* (2004), como o próprio título sugere, Rodrik disserta sobre qual seria a melhor política industrial para o século XXI. Segundo ele, o mercado tanto pode funcionar mal quando os governos intervêm demais como quando os governos intervêm muito pouco, assim se faz necessário buscar

estratégias mais equilibradas onde sejam incorporadas a iniciativa privada, em uma estrutura de ação pública que incentive a reestruturação, a diversificação e o dinamismo tecnológico, e uma política industrial devidamente formulada exerce um papel importante em tais estratégias.

Assim como Rodrik, Stiglitz (2016) defende o uso de políticas industriais, principalmente por países em desenvolvimento. Em seu artigo, o autor analisa a importância da aprendizagem no desenvolvimento de um país, e assume que políticas industriais cuidadosamente elaboradas podem promover a aprendizagem e o desenvolvimento. A aprendizagem é tida pelo autor como essencial à transformação do desenvolvimento, uma vez que acarreta grandes transbordamentos tecnológicos e institucionais, pois ocasiona no desenvolvimento de instituições como as instituições financeiras e um sistema de educação que irão melhorar o funcionamento do setor industrial. Para o autor, os mercados subinvestem em setores de aprendizagem com grandes transbordamentos, principalmente quando a aprendizagem é arriscada, isso justifica o “importante papel do governo na promoção da inovação e da aprendizagem”, especialmente quando os projetos exigem grandes investimentos e riscos, como foi o caso da internet por exemplo, onde o governo desempenhou um papel central no desenvolvimento.

Nesse sentido, Ferreira (2005) faz o seguinte questionamento: se o valor presente desses projetos é positivo, por que o setor privado não teria interesse em financiá-los? Segundo o autor, qualquer técnica-padrão de avaliação de projetos será capaz de dizer se o investimento é vantajoso ou não, caso não seja, não existe razão para o projeto ser tirado do papel, tão pouco com recursos públicos, já se o projeto se mostrar vantajoso, financiamentos no mercado seriam os mais interessantes. Já nos casos em que a razão para a intervenção do governo seja externalidades de aprendizado, por exemplo, o autor questiona “qual o benefício líquido esperado e qual sua dimensão vis-à-vis outras alocações alternativas da verba pública?”. Ferreira afirma que, de acordo com outros estudos, a externalidade se daria mais fortemente em nível internacional que dentro de um país, além de serem pequenas, isso faz com que sejam necessárias análises mais cuidadosas de custo-benefício destas intervenções.

Não são poucos os argumentos apresentados por diversos autores que justificam a implementação de políticas industriais visando o desenvolvimento econômico, o aumento da competitividade internacional e da produtividade de um país. Por outro lado, para cada argumento a favor existe um contra-argumento que se baseia principalmente nas vantagens do mercado livre e livre comércio. Em ambos os casos, são utilizados exemplos de países e/ou

setores que a partir de políticas industriais apresentaram resultados extraordinários ou desastrosos, de modo a mostrar empiricamente as consequências de intervenções governamentais por meio das políticas industriais.

Ha-Joon Chang, por exemplo, em seu livro *Chutando a escada* (2002), assume que praticamente todos os países atualmente desenvolvidos se utilizaram de políticas industriais para alcançarem o patamar no qual se encontram hoje e estariam “chutando a escada pela qual subiram ao topo, para longe do alcance dos países em desenvolvimento” ao recomendar, ou até mesmo exigir, que as nações atualmente em desenvolvimento implementem políticas “boas” para promover seu desenvolvimento, e um desses países citados são os Estados Unidos. De acordo com o autor é impossível subestimar o papel da proteção à indústria nascente no desenvolvimento dos Estados Unidos, onde na primeira metade do século XIX o nível tarifário médio para os bens manufaturados era de 40%, beneficiando mais especificamente o ferro e os têxteis (com tarifas de até 50%) com um protecionismo mais intenso.

Já Pedro Ferreira (2005), ao analisar a relação entre políticas industriais e comércio exterior, aponta para o caso italiano, onde os incentivos estatais, nas décadas de 1970 e 1980, visavam o deslocamento da especialização do país dos setores tradicionais para setores estratégicos intensivos em tecnologia. No caso em questão, a Olivetti, um grande oligopólio do setor de computadores e eletrônica de ponta, abandonou o setor apesar de apoio massivo do governo, e o país continuou importando produtos eletrônicos e de tecnologia de informação. Apesar disso, o país passou de um déficit na balança comercial nos anos de 1980 para um superávit nos últimos anos, baseado nas exportações de produtos tradicionais fabricados por um grande número de pequenas e médias empresas, sem perda de participação no comércio mundial.

Michele Di Maio (2014) mostra como as políticas industriais tiveram pouco ou nenhum sucesso na América Latina e na África. No primeiro caso os incentivos oferecidos pelas políticas industriais às empresas não foram acompanhadas por disciplina, gerando assim um mercado interno protegido para empresas locais ineficientes. No segundo caso, a estratégia de industrialização por substituição de importação (ISI) foi um fracasso na maioria das vezes, com ressalva para Maurício, exemplo também citado por Dani Rodrik (2002), segundo o autor o país construiu uma ZPE (zona de processamento de exportação) para suas atividades orientadas para a exportação. De acordo com Di Maio (2014), a ISI foi bastante utilizada por diversos países entre os anos de 1950 e 1970, acreditava-se que alguns setores

eram estratégicos para o desenvolvimento econômico do país e assim necessitavam de proteção (temporária) e uma parte fundamental da ISI era a política comercial, que afetava o grau de concorrência internacional ao qual as empresas ficariam expostas.

O exemplo dos países do Leste Asiático é sempre muito citado em diversos estudos sobre políticas industriais, Pinheiro *et al.* (2007) argumentam em seu artigo que o sucesso dos países do Leste Asiático, muitas vezes relacionado ao uso de política industrial, é resultado principalmente de políticas horizontais. Os autores expõem uma série de políticas implementadas por Japão, Taiwan e Coréia do Sul, para eles muito além das intervenções setoriais, o que teve papel decisivo no desenvolvimento destes países foram as políticas horizontais, como por exemplo investimentos em infraestrutura, educação, saúde, melhora nos sistemas financeiro e bancário, e promoção de P&D.

Apesar dos países do Leste Asiático apresentarem um exemplo de sucesso na implementação de políticas industriais, este trabalho se concentrará no caso sul-coreano. A próxima seção trará algumas das diversas políticas públicas utilizadas para o desenvolvimento sul-coreano durante o período de três décadas (1960 a 1980), uma vez que foram nessas décadas que houve maior concentração de políticas industriais no país.

3 POLÍTICAS INDUSTRIAIS NA CORÉIA DO SUL

A Coréia do Sul, ou República da Coréia, é um país relativamente recente, dado que sua separação da Coréia do Norte, ou República Popular Democrática da Coreia, ocorreu em 1945, e antes disso ambos representavam um só país, a Coréia. A Coréia do Sul faz parte do grupo Tigres Asiáticos, composto também por Taiwan, Cingapura e Hong Kong. Esses são os países asiáticos que apresentaram um grande desenvolvimento econômico a partir da década de 1970.

O desenvolvimento econômico sul-coreano é considerado por muitos um “milagre”, dada a rapidez com que alcançou uma transformação estrutural mesmo após passar por uma colonização que trouxe tanto modernização quanto exploração e por uma guerra que devastou a pouca infraestrutura construída no período da colonização. A Coréia do Sul apresentou no ano de 2018 uma renda *per capita* de US\$ 40.064,68², enquanto que no ano de 1954, um ano após o fim da guerra civil, esse mesmo índice foi de US\$ 1.636,82. Esses valores podem ser comparados com os da economia brasileira, dado que em 1954 o Brasil apresentava uma renda *per capita* superior ao da Coréia no mesmo ano, a renda *per capita* brasileira em 1954 foi de US\$ 4.222,32, enquanto que a de 2018 foi de US\$ 15.514,07. Embora seja uma comparação rasa, propicia uma noção do quanto a economia sul-coreana se desenvolveu, partindo de uma economia subdesenvolvida para uma das economias mais desenvolvidas do mundo.

Além da renda *per capita*, a Coréia do Sul apresenta outros índices que representam o desenvolvimento não só econômico, mas social do país. No Quadro 1 pode-se observar alguns dos indicadores econômicos e sociais da República da Coréia por década, no período de 1960 a 2010.

O desenvolvimento econômico sul-coreano é surpreendente, e diversos economistas associam-no à utilização de políticas industriais pelo país, tanto de caráter vertical quanto horizontal, e que serão apresentadas no decorrer deste capítulo. Contudo, se faz necessário um vislumbre mesmo que pequeno da história sul-coreana partindo da colonização japonesa de 1910 a 1945, da guerra da Coréia ocorrida no período de 1950 a 1953, e a partir daí a reconstrução do país e início de seu desenvolvimento econômico.

² Renda *per capita* em valores de 2017. Fonte: Total Economy Database, publicado por The Conference Board.

Quadro 1 - Indicadores econômicos e sociais da Coreia do Sul (1960 a 2010)

Indicador	1960	1970	1980	1990	2000	2010
Taxa de Crescimento do PIB (%)	6,8	9,9	-1,7	9,8	8,9	6,4
Renda <i>per capita</i> (US\$)	1.785,90	3.156,30	5.991,39	12.676,31	22.619,04	33.075,25
Taxa de Inflação (%)	12,96	14,10	24,63	10,10	-1,18	3,16
Produtividade do Trabalho (US\$)	6.491,38	10.581,50	16.693,40	30.048,14	50.304,02	68.782,48
IDH	--	--	--	0,72	0,81	0,88

Fonte: Elaboração própria, de acordo com dados do Banco Mundial, do *Total Economy Database* e da ONU.

3.1 História da Coreia do Sul

3.1.1 Colonização e Guerra da Coreia (1910 a 1953)

Embora, assim como alguns de seus vizinhos, a Coreia possua uma história milenar, este trabalho partirá da análise histórica da ocupação japonesa, uma vez que isso tem toda importância para o início da história da Coreia do Sul, dado que a separação das duas Coreias decorre desse fato. Em 1910, com a expansão imperialista do Japão e suas disputas com a Rússia Czarista e a China imperial, ocorre a ocupação japonesa na península coreana, que até então constituía-se em uma monarquia (JAKOBSEN, 2000).

Com sua geografia favorável, possuindo uma posição estratégica, com articulação com a massa continental asiática, facilidade de ligação através do oceano e sua proximidade com os centros políticos da Ásia, a Coreia tornou-se vulnerável e atrativa às políticas territoriais expansionistas e às disputas de poder (AQUINO, 2000). A península coreana apresentava-se economicamente importante para o nascente imperialismo nipônico, além de ser um ponto estratégico para a expansão japonesa rumo à Sibéria ao Nordeste da China (VIZENTINI, 2000).

Para Vizentini (2000), a ocupação japonesa na Coreia foi marcada tanto pela opressão política e cultural e exploração de mão-de-obra (às vezes forçada) dos coreanos, como por um progresso de modernização, com a criação de uma base industrial e mineradora consideráveis. De acordo com Jakobsen (2000), a intensificação da 2ª Guerra Mundial e a expansão do Japão na China e Manchúria, produziram uma ampliação das instalações industriais na península coreana, principalmente na região norte.

Em agosto de 1945, com o fim da guerra e a derrota do Japão, a Coréia é entregue aos Estados Unidos e a ex-URSS. A divisão entre as potências é feita a partir do paralelo 38°, sendo o sul ocupado por forças armadas americanas e o norte por tropas soviéticas. Em dezembro de 1948, deixando um regime socialista no país, tem fim a ocupação soviética na Coréia do Norte. A ocupação americana no lado sul da península acaba em junho do ano seguinte, deixando uma Assembleia Nacional eleita, uma constituição e um presidente da República da Coréia, Syngnam Rhee, um nacionalista conservador (JAKOBSEN, 2000).

Ocorre então uma série de transformações no país. Segundo Jakobsen (2000) as principais atividades que antes pertenciam aos japoneses, como minas e fábricas, foram cedidas a grupos coreanos pró-americanos. Tais grupos mais tarde tornaram-se a nova classe dominante, e originaram os primeiros *chaebols*, como a Samsung, Daelim e Kia, por exemplo. Além destes, que têm origem ainda no período colonial, há aqueles fundados durante a ocupação americana como a Lucky-Goldstar, Hanjin, Dong-A e Shin Dong-A.

Uma forte característica da economia sul-coreana são os *chaebols*, que são grupos empresariais de grande porte, caracterizados pelo controle familiar e estreita relação com o governo. Segundo Masiero (2000), grande parte dos maiores *chaebols* surgiram nas décadas de 1940 e 1950 como pequenos empreendimentos. Dos 50 maiores grupos atualmente, seis surgiram no período de colonização da Coréia pelo Japão (1910-45), 31 foram estabelecidos durante o governo Rhee (1948-60) e os 13 restantes formados durante o governo Park (1961-79).

De acordo com o mesmo autor a reforma agrária que teve início no país em 1948 foi influenciada pelo processo de reforma agrária da Coréia do Norte em 1946, além de estar baseada no interesse americano e do presidente Syngman Rhee de enfraquecer os grandes proprietários de terra que constituíam a aristocracia tradicional coreana.

Com a guerra fria e a influência americana no país, a direita anticomunista torna-se hegemônica, pondo o Partido Comunista da Coréia na ilegalidade, dando início à repressão do governo sul-coreano a vários movimentos sociais. Alguns agrupamentos políticos ao sul tinham fortes conexões com a Coréia do Norte, e assim a perseguição a esses movimentos provocou uma tensão entre os dois países (JAKOBSEN, 2000). Em junho de 1950, ocorre um levante armado com o apoio de forças militares norte-coreanas, tendo início assim a Guerra da Coréia. As tropas da Coréia do Norte invadiram o lado sul da península. A ONU desaprova o ataque e permite a intervenção das tropas americanas em favor da Coréia do Sul. A China envia o seu exército em ajuda a Coréia do Norte. As tropas americanas conseguem expulsar

os exércitos norte-coreanos do lado sul da península de volta ao lado norte. Um acordo de cessar fogo foi assinado em julho de 1953 suspendendo a Guerra da Coreia.

Os resultados da guerra foram desastrosos, mais de três milhões de coreanos foram mortos, as economias de ambos foram destruídas e toda a infraestrutura foi profundamente atingida, além de problemas como a escassez de alimentos e grande fluxo migratório. A partir disso, inicia-se na República da Coreia uma reconstrução nacional.

3.1.2 Economia sul-coreana no pós-guerra (1953 a 1961)

Além de destruir grande parte do parque industrial sul-coreano, a Guerra da Coreia agravou as condições de pobreza de ambos os lados, e a opção do governo Rhee para a reconstrução foi a ajuda internacional, com apoio financeiro da ONU e dos Estados Unidos (Aymes, 2016; Jakobsen, 2000). De acordo com Manriquez e Aymes (2009) a ajuda dos EUA chegou a representar cerca de 100% do orçamento governamental, 83% das importações e 8% do PIB durante a década de 1950.

O auxílio se dava principalmente através de comida, roupa, medicamentos, matérias-primas, entre outros bens de consumo, sendo suficiente apenas para responder a emergências humanitárias. As pequenas concessões financeiras não foram suficientes para projetos de reconstrução de longo prazo, tampouco para o início da industrialização. Dessa forma, a guerra estabeleceu condições adversas para a industrialização e desenvolvimento econômico sul-coreano (AYMES, 2016).

Segundo Manriquez e Aymes (2009), os grandes desafios do governo no pós-guerra consistiam na reconstrução da infraestrutura para assegurar sua viabilidade econômica, a criação de uma estrutura industrial avançada e o controle da alta inflação provocada pela guerra. Dada a tendência vigente nos países em desenvolvimento da estratégia de industrialização por substituição de importação (ISI), principalmente na América Latina, o governo sul-coreano decidiu se utilizar de tal estratégia para enfrentar os desafios impostos ao país. De acordo com os autores a ISI sul-coreana foi baseada em uma supervalorização da taxa de câmbio e na proteção generalizada da indústria nacional, por meio de altas tarifas e licenças prévias de importação.

A estratégia de substituição de importação consistia, basicamente, em tentar produzir internamente bens de consumo, em vez de importá-los. Embora a ISI tenha gerado resultados aceitáveis em um primeiro momento, suas limitações na formação de capital e tecnologia foram evidentes. O protecionismo gerou distorções e um alto grau de corrupção,

uma vez que as licenças para importar se tornaram lucrativas e objeto de disputa entre facções de empresários e a classe política. O crescimento da economia sul-coreana, entre 1954 e 1959, se deu a uma taxa de 4,3%, ritmo este inferior ao da economia mundial à época (Aymes, 2016; Manriquez e Aymes, 2009).

Contudo, de acordo com Manriquez e Aymes (2009), a economia coreana passou das atividades agrícolas para as indústrias com certa velocidade. Entre os anos de 1953 e 1960, o PIB industrial passou de 8% para 14% do PIB total. Apesar disso, até meados da década de 1960, a alta inflação ainda se apresentava como um desafio ao governo sul-coreano.

No período de 1953 a 1957 a Coréia do Sul apresentou uma taxa média anual de inflação de quase 40%, como consequência dos gastos do país com a guerra. A preocupação com a alta inflação do período ocasionou a implementação em 1957 de um programa de estabilização financeira, que restringia a expansão da oferta monetária, provocando uma redução da taxa anual de inflação já naquele ano, enquanto a estabilidade de preços foi alcançada em 1958 e 1959. Porém, a tendência de estabilidade reverteu-se com a revolta estudantil de 1960, e o país voltou a sofrer com a pressão inflacionária novamente ao longo dos anos 60 (Westphal *et al.*, 1975; Yoo, 2008).

Segundo Manriquez e Aymes (2009), no plano político, o governo de Syngman Rhee por apresentar um “autoritarismo insensível, caótico e quase monárquico [...] que reformou a constituição para manter-se no poder indefinidamente”, encontrava-se em crise de legitimidade no início de 1960. A instabilidade política aumentou com o crescente número de protestos sociais, principalmente estudantis, o que ocasionou não só repressão do regime Rhee, como sua queda ainda em 1960.

Após um breve período de democracia - inferior a um ano -, chega ao poder em maio de 1961, por meio de um golpe de Estado, o General Park Chung-Hee. A partir de então, a estratégia de desenvolvimento foi totalmente alterada da industrialização por substituição de importação (ISI), para uma orientada a exportações, sendo o governo o principal protagonista no estágio inicial de desenvolvimento que se segue (Aymes, 2016; Westphal *et al.*, 1975; Yoo, 2008).

3.2 O Crescimento Econômico Sul-coreano (1962 a 1979)

No início da década de 1960 a Coréia do Sul apresentava-se como uma típica economia subdesenvolvida, com baixo crescimento econômico, grande participação do setor

agrícola no PIB e uma pequena participação do setor industrial. Segundo Lee *et al.* (2012), o desenvolvimento do país inicia-se em 1962, com o “Plano de Desenvolvimento Econômico de Cinco Anos”, ou Plano Quinquenal, lançado pelo governo de Park Chung-Hee. Nos dois primeiros planos, sendo o primeiro no período de 1962 a 1966 e o segundo de 1967 a 1971, a política de substituição de importação foi substituída por uma orientação de exportação, e se deu devido a necessidade de obtenção de moeda estrangeira para a aquisição de recursos naturais, estoque de capital e tecnologia, dada a total ausência desses recursos no país, resultado tanto do período colonial japonês como da Guerra da Coreia. Para Yoo (2008) o estágio inicial de desenvolvimento sul-coreano foi marcado pelo protagonismo do governo, onde os planos de desenvolvimento econômico de cinco anos eram utilizados para liderar, orientar ou até mesmo controlar os setores privados.

De acordo com Aymes (2016), o primeiro e o segundo plano quinquenal estabeleceram um ponto de partida para o desenvolvimento da Coreia do Sul e a prioridade do governo no início foi a indústria intensiva de mão de obra. Para o autor a seleção dessas indústrias era óbvia dada a estrutura econômica e as condições socioeconômicas do país no início da década de 1960. Para Lee *et al.* (2012), a estratégia de exportação do país que prevaleceu durante os dois primeiros planos foi a de “comércio de melhora”, que consistia na importação de matérias-primas ou bens semiacabados e na exportação de produtos acabados, tendo como diferencial os baixos preços desses produtos, consequência dos baixos salários no país.

A vantagem comparativa da Coreia do Sul na década de 1960 era a mão de obra barata, diligente, de boa qualidade e com alto nível de educação, altamente útil para a produção em massa de produtos homogeneizados, portanto a escolha por setores intensivos de mão de obra foi uma decisão racional. De acordo com Miltons e Michelon (2018, *apud* Seth, 2002) o regime de Park Chung-Hee buscou coordenar a política educacional com foco na educação vocacional e técnica com a estratégia econômica, em 1962 haviam 338 escolas médias superiores acadêmicas com 199.000 estudantes e 283 escolas médias técnicas e comerciais, com 124.000 estudantes, as qualificações ensinadas nessas escolas tinham como objetivo atender as necessidades da economia. Dessa forma, as indústrias que se tornaram as principais exportadoras nesse período foram as indústrias leves, como têxteis, vestuário, calçados, aparelhos eletrônicos simples, compensado e perucas (Aymes, 2016; Kim, 1991; Lee *et al.*, 2012; Yoo, 2008).

De acordo com Kim (1991), a produtividade do trabalho da Coreia do Sul cresceu quase 50% mais rapidamente do que os salários, que se deu devido ao trabalho duro e a

eficiência da força de trabalho coreana, o que explica a vantagem competitiva da Coreia nas exportações intensivas em mão de obra, principalmente durante o período inicial de industrialização. Para o autor, a ênfase da sociedade sul-coreana no investimento de capital humano gerou uma força de trabalho qualificada, à qual pode ser atribuído o crescimento sustentado da produtividade do trabalho observado durante todo o período de crescimento da Coreia.

Segundo Lee *et al.* (2012), havia a necessidade de uma infraestrutura industrial suficiente, além de serviços financeiros confiáveis, para a promoção das indústrias exportadoras e um setor privado novato, resultado dos baixos níveis de desenvolvimento econômico do país naquele período, provavelmente não conseguiria fornecer efetivamente nem a infraestrutura industrial, nem o apoio financeiro necessário. Dado isso, o governo de Park Chung-Hee assegurou o controle dos fluxos financeiros e o controle da política monetária, nacionalizando ações de cinco bancos comerciais em 1961, nomeando os presidentes dos bancos comerciais em 1962, estabelecendo seis novos bancos estatais entre 1961 e 1969, e em 1965 o estado deslocou os recursos financeiros disponíveis do país de mercados informais para o setor bancário oficial elevando a taxa de juros de 15% para 30%. Segundo Aymes (2016), as taxas atrativas estimularam a poupança interna, aumentando os depósitos bancários em até 70% a cada ano entre 1966 e 1969 e assim, expandindo o volume de recursos disponíveis para o projeto de industrialização do país.

De acordo com Lee *et al.* (2012), o fornecimento da infraestrutura industrial necessária à promoção das indústrias exportadoras e de matérias-primas foi realizado pela criação de várias empresas estatais, como por exemplo a Korean Electric Power Corporation (1961), a Korean Resource Corporation (1967) e a Korean Water Resource Corporation (1967) para o fornecimento de matérias-primas industriais e complexos industriais, e a Korean Trade-Investment Promotion Agency (1962) que fornecia pesquisas sobre os mercados de exportação.

Para Kim (1991) foram as atividades de apoio à produção de infraestrutura e intermediárias que abriram o caminho para o processo de rápido crescimento econômico sul-coreano. Segundo Kim, o governo e as empresas públicas foram responsáveis por quase 40% do investimento interno total entre 1963 e 1979, a partir da transferência de recursos públicos para projetos de infraestrutura, como rodovias, instalações, portos, eletricidade, irrigação e transporte.

Contudo, ainda se faziam necessários incentivos financeiros para a promoção das indústrias exportadoras que se deram, principalmente, por meio de taxas preferenciais

concedidas aos exportadores, incentivos fiscais, além de ganhos cambiais e isenção de tarifas na compra de importações. Enquanto a taxa de juros de um empréstimo bancário comum era na ordem de 25%, a disponibilizada para as empresas exportadoras era de aproximadamente 6% ao ano. Além disso, o Estado impôs, durante os dois primeiros planos quinquenais, cotas de importação e tarifas sobre mercadorias estrangeiras para não exportadores, de modo a limitar a concorrência no mercado interno, permitindo que as empresas nacionais compensassem prejuízos sofridos em suas atividades exportadoras com ganhos no mercado interno (Lee *et al.*, 2012; Yoo, 2008).

Todos os incentivos concedidos pelo governo vieram acompanhados de cobranças por parte do mesmo através de metas de exportação estabelecidas para os planos quinquenais. Eram realizadas reuniões mensais que tinham como objeto a promoção das exportações, contando com a presença de ministros, altos funcionários do governo, representantes de associações de exportadores, CEOs de grandes empresas exportadoras e sendo conduzida pelo próprio Park Chung-Hee. Essas reuniões eram a oportunidade para apresentar ao país a verdadeira vontade do governo em promover as exportações e um modo de manter uma boa comunicação entre os setores público e privado. As exportações eram registradas, e o bom desempenho era recompensado com prêmios e o reconhecimento público do “patriotismo” (Aymes, 2016; Yoo, 2008).

Os resultados das políticas implementadas pelos dois primeiros planos quinquenais foram surpreendentes. De acordo com Lee *et al.* (2012), no período do primeiro e segundo plano quinquenal (1962 a 1972), a taxa de crescimento do PIB variou entre 8% e 13% ao ano, a participação da indústria na RNB aumentou de 13,6% para 20,4%, e apesar de se concentrar em bens de baixo valor agregado da indústria leve, a participação das exportações na RNB subiu de 4,1% para 29,3%. Segundo Yoo (2008), o setor manufatureiro cresceu mais de 19% entre 1963 e 1973, e aqui cabe lembrar a alta participação do setor agrícola no início da década de 1960, que capturava cerca de 40% do PIB, enquanto que nas exportações os setores primários, incluindo a agricultura, a pesca e a mineração ocupavam quase três quartos do total exportado em 1961. No Quadro 2 pode-se verificar as participações do PIB por setor e as taxas de crescimento do PIB e da exportação de bens e serviços durante os dois primeiros Planos Quinquenais (1962 – 1972).

Quadro 2 - Taxas de crescimento do PIB e da exportação e a Participação por setor no PIB (1962 a 1972)

	1962	1964	1966	1968	1970	1972
Taxa de Crescimento do PIB (%)	3,83	9,45	11,98	13,18	9,99	7,15
Taxa de Crescimento da Exportação (%)	15,69	29,03	42,88	37,98	30,68	42,86
Participação no PIB (%)						
Setor Agrícola	39,08	48,33	36,52	30,59	28,89	28,44
Setor Industrial	18,96	20,01	24,37	26,00	26,84	26,51
Setor de Serviços	41,94	31,65	39,09	43,39	44,25	45,03

Fonte: Banco Mundial.

Em 1973 tem início o terceiro plano quinquenal que abrange o período de 1973 a 1977, nesse mesmo ano o Presidente Park Chung-Hee anuncia a campanha para a promoção estratégica de seis indústrias pesadas e químicas (ou HCI - *heavy and chemical industries*), sendo elas: aço, metais não ferrosos, maquinário (incluindo fabricação de automóveis), eletrônica, construção naval e petroquímica (Lee *et al.*, 2012). Um ponto que merece destaque aqui é a criação, em 1968, da Pohang Steel Mill (mais conhecida como POSCO), uma usina de produção de aço, com o propósito fortalecer a base industrial de exportações de alto valor agregado. A capacidade total de produção de aço na Coreia chegou a cerca de 90% dos produtos domésticos em 1981, além da exportação de alguns produtos siderúrgicos, tornando-se depois uma grande produtora global desse item (Aymes, 2019; Kim 1991).

De acordo com Lee *et al.* (2012), a promoção dessas indústrias se deu através de forte apoio financeiro. Um exemplo desse suporte foi a criação, em 1974, do Fundo Nacional de Investimentos (FNI), que tinha o objetivo de financiar as HCI a taxas favoráveis. No mesmo ano, enquanto a taxa de juros de bancos comerciais era de 15%, a taxa de juros de um financiamento disponibilizado pelo FNI aos projetos de HCI era de 9%. Tal fundo de investimentos financiou 60% dos projetos de HCI entre 1975 e 1980. Além do suporte financeiro, o estado se utilizou de política fiscal para incentivar as empresas de HCI por meio de um regime fiscal favorável a elas, disponibilizando crédito de investimento, redução fiscal

e subsídios de depreciação, ao mesmo tempo em que reduziu a tarifa de importação de matérias-primas para essas indústrias em mais de 70%. As regulamentações industriais que sustentavam todo esse apoio possuíam basicamente dois objetivos: a maximização das economias de escala e a capacitação técnica do país. O governo estimulou as indústrias a possuírem poucas instalações de produção especializadas com escala internacionalmente competitiva em cada setor, o que resultou, ao final dos anos de 1970, nos maiores estaleiro, fábrica de cimento e maquinaria pesada do mundo.

Para Kim (1991), o governo via nesses setores a espinha dorsal de uma economia industrial moderna, e assumiu os riscos que os empreendedores cautelosos evitavam, fornecendo altos investimentos de capital. A participação das indústrias pesadas e químicas subiu de um quarto da produção industrial em 1962 para mais da metade em 1980. Após o estabelecimento de grandes siderúrgicas o governo visou outros setores que poderiam servir como consumidores de aço, como a indústria de construção naval, indústrias de construção e a indústria automotiva, tendo esta última recebido grande atenção do governo para o seu desenvolvimento a partir da década de 1970. As medidas do governo para tal indústria incluíam forte apoio financeiro e proteção do mercado externo por meio de elevação das tarifas para importação de veículos.

De acordo com Aymes (2016), embora não estivesse incluída na lista original das indústrias alvo, a indústria automotiva foi um dos setores mais emblemáticos da década de 70, particularmente com o plano de se criar o “carro nacional” e de este se tornar um produto competitivo no mercado internacional.

Segundo Kim, a indústria de eletrônicos também recebeu tratamento especial nesse período, se desenvolvendo rapidamente, começando da linha de montagem de peças e componentes e progredindo para a produção de bens de consumo completos, como televisores, fornos de micro-ondas, aparelhos de som e relógios digitais. O desenvolvimento tecnológico passou a ser uma preocupação do governo e dessa forma, de acordo com Lee *et al.* (2012), várias políticas foram implementadas para aumentar a capacidade tecnológica da economia sul-coreana, como o financiamento de projetos de HCI por capital acionário nacional. Além disso, o governo protegeu as empresas nacionais de possíveis subcontratos de empresas multinacionais de países desenvolvidos através, por exemplo, de restrição no IED de empresas multinacionais - permitindo apenas quando o investidor oferecia um suprimento estável de matérias-primas, quando fosse uma empresa de longo prazo de bens produzidos ou se estivesse transferindo tecnologia para firmas domésticas -, e da participação do IED no investimento total, que não poderia exceder os 50%. O objetivo do governo nesse caso era

garantir que a tecnologia fluísse para as empresas de HCI, aumentando assim a capacidade tecnológica dentro da economia, sem estar sob o controle de um proprietário estrangeiro.

Conforme Lee *et al.* (2012), apesar do apoio substancial do governo de Park às empresas de HCI, a experiência limitada dentro da economia em relação a esses setores fazia com que os industriais privados não adotassem totalmente o investimento nessas indústrias, apresentando apenas 30% dos projetos de HCI. O governo, objetivando atrair investimentos privados para esses setores, implementou diversas políticas complementares de modo a sinalizar o compromisso de longo prazo com esses setores, se envolvendo diretamente com tais indústrias, além de regulamentar fortemente os mercados domésticos a fim de proteger os investidores iniciais do aumento da concorrência de firmas entrantes no futuro, lhes garantindo aproveitamento máximo das economias de escala. O resultado dessas políticas foi satisfatório, uma vez que a participação média do investimento estatal nas HCI caiu de 49,7% em 1972-76 para 18,8% em 1977-80, dado o aumento da participação do setor privado, além disso, a participação das indústrias HCI no setor industrial passou de 37,9% em 1972 para 58,3% em 1979.

Para Kim (1991), em vez de canalizar fundos e adotar projetos conforme as oportunidades surgissem espontaneamente, era feito um esforço por parte do governo sul-coreano para direcionar a economia ao longo do caminho desejado. Ao decidir que setores seriam os estratégicos, o governo conduzia todas as formas de incentivos para eles, como os já supracitados subsídios, depreciação, empréstimos e deduções etc. Não se pouparam esforços para atingir os alvos que consistiam nos vários projetos do terceiro e quarto planos quinquenais. Um ponto importante na política de incentivos dos setores tidos como estratégicos pelo governo consistia também em desenvolver capacidade de avaliação de projetos e tomada de decisões, pelo menos no nível ministerial. Segundo o mesmo autor, os planos quinquenais apresentaram excelentes resultados, melhorando o desempenho da economia no PIB, elevando as exportações e a produção industrial, à exceção do quarto plano quinquenal (1977-1981), que coincidiu com a recessão mundial. Apesar disso, pode-se verificar o desenvolvimento econômico sul-coreano no período do terceiro e quarto planos quinquenais (1973 – 1981) no Quadro 3 abaixo.

Quadro 3 - Taxas de crescimento do PIB e da exportação e a Participação por setor no PIB (1973 a 1980)

	1973	1975	1977	1979	1980
Taxa de Crescimento do PIB (%)	14,82	7,86	12,27	8,62	-1,70
Taxa de Crescimento da Exportação (%)	50,72	21,34	21,60	2,49	9,50
Participação no PIB (%)					
Setor Agrícola	26,43	26,86	24,20	20,68	15,90
Setor Industrial	29,49	29,06	31,36	34,90	35,43
Setor de Serviços	44,06	44,06	44,42	44,41	48,65

Fonte: Banco Mundial.

Contudo, de acordo com Kim (1991), no final da década de 1970, os desequilíbrios estruturais provocados pela rápida política de crescimento das duas décadas anteriores começaram a se manifestar, como o crescimento da dívida externa, inflação, crescentes disparidades dentro da indústria e entre os setores rural e urbano. Além disso, em 1979 ocorre o assassinato do Presidente Park Chung-Hee, e a partir daí uma luta pelo poder, seguida da recessão mundial de 1981. Tem-se nesse cenário o princípio de uma renovada economia sul-coreana, a ser analisada no próximo tópico.

3.3 A Liberalização Econômica Sul-coreana (1980 a 1996)

Com o assassinato de Park Chung-Hee tem-se um vácuo de poder, contribuindo para a crescente instabilidade social, política e econômica em que o país se encontrava no final da década de 1970. De acordo com Manríquez e Aymes (2009), o cenário de desconcerto político e os desequilíbrios econômicos causaram fortes impactos na economia do país, fazendo com que, pela primeira vez desde de 1956, a Coreia do Sul apresentasse um crescimento negativo em 1980. O general Chun Doo-Hwan, por meio de um golpe de Estado, se torna o novo presidente em 1981, e apresenta um programa de ajuste e de estabilização.

Com objetivo de frear a crescente inflação o novo governo estabelece políticas monetárias e fiscais restritivas, além de forçar os conglomerados a reduzir seus preços e racionalizar sua produção.

Segundo Lee *et al.* (2012), o novo regime militar liderado pelo presidente Chun Doo-Hwan, dá início aos Programas de Racionalização Industrial, que tinham como abordagem a maximização do efeito da economia de escala e a preservação das oportunidades potenciais de desenvolvimento de capacidade tecnológica por meio de fusões e aquisições lideradas pelo Estado. Durante a década de 1980 havia mais de oito programas de racionalização. Através desse programa a economia sul-coreana recuperou sua competitividade internacional com a taxa média de crescimento do PIB para o período de 1981 a 1989 de 9,8% ao ano.

O novo modelo econômico coreano era direcionado para a privatização das empresas estatais, liberalização do comércio, estabelecimento de regulamentos antitruste, abertura ao capital estrangeiro e a oferta de fortes incentivos ao investimento em desenvolvimento tecnológico, além de ser caracterizado pelo seu gradualismo. Em 1981 inicia-se o processo de privatização dos bancos comerciais e a criação de novos bancos privados a partir da autorização por parte do governo, além disso, tem-se a unificação das taxas de juros vigentes no mercado, encerrando a provisão de crédito preferencial como meio de promoção industrial (Manríquez e Aymes, 2009).

Contudo, de acordo com Masiero (2000), em 1982 é lançado o Quinto Plano Quinquenal (1982-1986), com o objetivo de promover a exportação e a diversificação da pauta de exportações. O plano se deu através de redução nas taxas para expandir a importação de produtos para a produção de bens duráveis, como máquinas e navios. No Quinto Plano a ênfase se deu nas indústrias de tecnologia intensiva como as de máquina de precisão, eletrônicos (televisores, vídeo cassetes e semicondutores) e informação, com maior atenção à construção de produtos de alta tecnologia que agora apresentavam grande demanda no mercado internacional.

Em 1987, tem-se além do início do Sexto Plano Quinquenal (1987-91), o início da democratização política da Coreia do Sul. Em 16 de dezembro tem-se a eleição que coloca Roh Tae Woo na presidência do país, que estabeleceu planos para regularizar a economia e promover a justiça no país, através de reformas políticas que incluíam uma grande redução da regulamentação do governo sobre as empresas e a liberalização dos mercados financeiros, das importações e das taxas de câmbio. O Sexto Plano Quinquenal tinha como foco a eficiência e a competitividade da economia sul-coreana através da liberalização do mercado, com os

objetivos praticamente iguais aos do plano anterior (MASIERO, 2000). Nesse período ocorre também a redução gradual de vários subsídios dados pelo governo para as exportações, privatização de empresas públicas, incentivos ao investimento direto estrangeiro e a redução no número de indústrias classificadas como estratégicas (Lima, 2015).

No Quadro 4 que apresenta o desempenho da economia durante o quinto e o sexto Plano Quinquenal, pode-se observar a recuperação na taxa de crescimento do PIB, assim como a redução acentuada da participação do setor agrícola e aumento nos setores industrial e de serviços.

Quadro 4 - Taxas de crescimento do PIB e da exportação e a Participação por setor no PIB (1982 a 1990)

	1982	1984	1986	1988	1990
Taxa de Crescimento do PIB (%)	8,26	10,44	11,22	11,90	9,81
Taxa de Crescimento da Exportação (%)	1,95	14,07	34,72	12,17	4,59
Participação no PIB (%)					
Setor Agrícola	15,61	13,20	11,54	10,17	8,42
Setor Industrial	34,90	38,04	38,15	39,87	39,64
Setor de Serviços	49,47	48,74	50,30	49,95	51,93

Fonte: Banco Mundial.

Em 1993, como resultado das eleições de 1992, Kim Youg-Sam se torna presidente da Coreia do Sul. Segundo Manríquez e Aymes (2009), o governo de Kim foi marcado pelo forte compromisso de efetuar mudanças dentro do sistema político e pelo objetivo de se construir uma sociedade aberta e combinar o capitalismo com a democracia. A agenda do presidente se concentrava na racionalização do aparelho burocrático, por meio da fusão de vários ministérios e agências. No final do ano de 1994, Kim acabou com a capacidade do governo de monitorar as grandes transações financeiras e com a vigilância do setor bancário e não bancário.

O Sétimo Plano Quinquenal que teve início em 1992 e tinha como principais objetivos a promoção da economia eficiente e saudável, a inovação da administração e o estabelecimento do trabalho correto e ético, com ênfase na reorganização da educação, expansão da infraestrutura, organização industrial, reforço das pequenas e médias empresas, expansão da abertura econômica, entre outros fatores, foi suspenso e substituído no final do seu segundo ano pelo Novo Plano de Desenvolvimento Social, que vigoraria no período de 1993 a 1997, quando Kim Young-Sam se tornou presidente. O Novo Plano de Desenvolvimento objetivava o total desprendimento da economia com o governo, e contava com a participação e o espírito inovador da população coreana, ressaltando a importância de reformas nas finanças, na administração, no orçamento e na ética, e tinha como principal objetivo elevar a Coreia do Sul ao nível de país desenvolvido (MASIERO, 2000). Segundo Manríquez e Aymes (2009), a política industrial como instrumento direcionador da economia na Coreia do Sul é abandonada a partir de 1994, e o presidente Kim passa a promover os mecanismos de mercado como melhor disciplinador dos grupos industriais sul-coreanos.

Para Lima (2015), a década de 1980 representa para a Coreia o início de uma política de desenvolvimento baseada na liberalização do comércio e financeiro, abertura de mercado, a promoção de pequenas e médias empresas, a implementação de legislação antitruste e maior abertura ao IED, e redução nas políticas preferenciais para setores industriais específicos, e a realização de mudanças estruturais para o desenvolvimento de indústrias mais intensivas em tecnologia, tudo isso passou a ser intensificado a partir dos anos 1990.

A criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1995, a entrada da Coreia na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 1996 e a tendência de globalização, fizeram com que a Coreia do Sul anunciasse o início do fim da intervenção estatal como meio de promover o desenvolvimento econômico a partir de 1996, embora já estivesse sinalizando esse posicionamento nos anos anteriores.

Apesar do crescimento econômico observado entre as décadas de 1960 e 1980 e de ter alcançado um patamar de país desenvolvido, a Coreia do Sul apresentou alguns problemas frutos do rápido crescimento econômico e das intervenções governamentais na economia. Segundo Aymes (2016), o processo bem-sucedido da Coreia do Sul não foi perfeito e tampouco isento de altos custos econômicos e sociais, como o subdesenvolvimento do sistema financeiro, especialmente o setor bancário e o déficit no desenvolvimento político. De acordo com o autor, a intervenção do governo na economia gerou distorções na economia,

sacrificando a estabilidade macroeconômica e o mecanismo de preços como o principal regulador do mercado. Para Yoo (2008), o rápido crescimento não poderia ter sido alcançado sem o preço. Entre os problemas citados pelo autor estão: a geração de “setores sacrificados”, ocasionados pela concentração de recursos nos “setores líderes”, e subdesenvolvimento do mercado de câmbio, fruto do controle do governo na taxa de câmbio na economia.

Dessa forma, embora a Coreia do Sul tenha atingido altos níveis de desenvolvimento econômico em pouco tempo, houveram diversos problemas devido ao rápido crescimento e a intervenção do Estado na economia, que geraram a necessidade de um período de estabilização na economia, ao qual diversos autores associam ao período da década de 1980, momento em que o país partia para uma economia de mercado livre.

4 UMA BREVE COMPARAÇÃO ENTRE BRASIL E CORÉIA DO SUL

Da mesma forma que a Coréia do Sul, o Brasil se utilizou de diversas políticas com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico no país, visto que ambos eram países subdesenvolvidos. Contudo, o desenvolvimento econômico alcançado não foi o mesmo para os dois países, uma vez que atualmente a Coréia é tida como um país desenvolvido e o Brasil encontra-se na esteira dos países em desenvolvimento. Dado isso, vale fazer uma breve comparação entre os tipos de políticas industriais nos países, iniciando com um resumo histórico do que foi realizado no Brasil.

De acordo Campos *et al.* (2014), a primeira política industrial utilizada no Brasil ocorreu no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930 a 1945) com a proteção do setor cafeeiro, que se deu através da compra do excedente do café pelo governo no início da década de 1930, a criação de um imposto de 20% sobre as exportações de café e um outro sobre cada nova plantação de café nos cinco anos seguintes. O objetivo dessas intervenções no setor era sustentar um alto preço internacional do produto, ainda que artificialmente. Com isso, o governo iniciou um processo de transição de transferência de recursos para o setor industrial, através de investimento em infraestrutura, proteção às indústrias que se consolidavam no país, iniciando, assim, o processo de substituição de importações.

Outro ponto que merece destaque no primeiro governo Vargas foi a criação de diversos órgãos, legislações e medidas que tinham como objetivo incentivar o crescimento do setor industrial brasileiro, como a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Comissão de Defesa da Economia Nacional, da Consolidação das Leis Trabalhistas, a expansão do crédito, a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil e da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), reforma tributária, desvalorização real da taxa de câmbio, entre outros. Tais medidas e ações do governo resultaram no crescimento do setor industrial em 8,4% no período de 1933 a 1939, na indústria de transformação esse valor foi de 11,3% (CAMPOS *et al.*, 2014).

No governo Dutra (1946 a 1950), segundo Pinheiro (2013), os principais instrumentos de política industrial consistiam no controle do câmbio e dos fluxos de comércio e investimento internacional. O controle de importações que inicialmente tinha como objetivo contornar a escassez de reservas de divisas, se tornou gradativamente em um instrumento de política industrial. No final da década de 1940, as importações autorizadas eram as de bens de consumo essenciais e que não tivessem similar nacional, contribuindo para o processo de

substituição de importação. Além disso, observou-se o incremento significativo de crédito por parte do Banco do Brasil em novos setores industriais.

De acordo com Giambiagi *et al.* (2011), o crédito real à indústria cresceu 38%, 19%, 28% e 5%, nos anos de 1947 a 1950, respectivamente, e o resultado da combinação de controles sobre as importações e incrementos no crédito ao setor manufatureiro foi o aumento de mais 42% (9% ao ano) da produção da indústria de transformação, com destaque para os setores de material elétrico, de transporte e de metalúrgica. Apesar disso, em 1950, as importações ainda representavam 40% da oferta doméstica no setor de material elétrico, 51% no setor de material de transporte e 18% no setor de metalúrgica. Para os autores, o avanço do processo de industrialização nos primeiros anos após a Segunda Guerra Mundial foi um efeito indireto dos controles cambiais e sobre as importações, além disso tratou-se de um movimento levado adiante pelo setor privado, como resposta à mudança de preços relativos, que permitia acesso a insumos a custo baixo e a proteção à produção doméstica.

Entre 1951 e 1954 tem-se no Brasil o segundo governo de Getúlio Vargas. De acordo com Campos *et al.* (2014), Vargas tinha como foco nesse mandato avançar com o processo de substituição de importações, que até então concentrava-se nos bens de consumo não duráveis e a resolução do problema da questão energética e dos transportes, setores considerados gargalos para o crescimento econômico. Segundo Giambiagi *et al.* (2011), tem-se nesse período uma disposição norte-americana de colaborar com o vasto programa de expansão de setores de infraestrutura básica, e em 1950 é constituída a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), iniciando sua operação em 1951. A CMBEU tinha como proposta a elaboração de projetos que deveriam ser financiados por instituições como o Banco de Exportação e Importação (Eximbank) e o Banco Mundial. Para esses autores, dentre as realizações do segundo governo de Vargas, destacam-se a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e a Petróleo Brasileiro S. A. (Petrobrás), ambas com o objetivo de ajudar a construir um país mais moderno e industrializado.

Com o suicídio de Getúlio Vargas em 1954, Café Filho, que era seu vice, toma posse da presidência, em um mandato que durou um ano. Como resultado das eleições em 1955, em 1956 inicia-se o governo de Juscelino Kubitschek (1956 a 1961). Para Pinheiro (2013), o esforço de Getúlio Vargas em diagnosticar os gargalos ao desenvolvimento econômico e o planejamento para livrar a economia deles, culminou na definição e colocação em prática do Plano de Metas no governo de Juscelino Kubitschek (ou apenas JK).

O Plano de Metas consistia na seleção de setores industriais que seriam promovidos, a saber, insumos básicos, química, mecânica e elétricas pesadas, material de

transporte e bens de consumo duráveis (incluindo automóveis), com a definição de metas indicativas para cada um deles (PINHEIRO, 2013). Entre os objetivos gerais do Plano de Metas tem-se investimentos em estatais e em infraestrutura (principalmente transporte e energia elétrica), incentivo à produção de bens de capital como maquinários e equipamentos e à produção dos setores de bens de consumo duráveis (CAMPOS *et al.*, 2014 *apud* FONSECA e MONTEIRO, 2008).

De acordo com Campos *et al.* (2014), os recursos para financiar o plano seriam obtidos por meio de créditos, financiamentos e associação com o capital internacional. Os resultados obtidos com o plano foram significativos, já que no período de 1957 a 1960 foram fabricados 300 mil veículos, construídos mais de 20 mil km de rodovias e 800 km de ferrovias, a produção de aço dobrou, houve aumento da produção de petróleo, o PIB cresceu 8,1% ao ano, tendo o PIB industrial crescido 10% ao ano. Contudo, houve uma inflação média anual de 25% no período de 1956 a 1961, além de um aumento na dívida externa e das desigualdades sociais, problemas estes que tiveram que ser contornados pelos governos seguintes, de Jânio Quadros e João Goulart.

Nos governos que sucederam ao de JK, houve maior ênfase nas políticas de reformas e ajustes macroeconômicos, como o PAEG no governo do Marechal Castelo Branco (1964 a 1966), e a política industrial foi relegada a um plano menos importante, embora no governo de Arthur da Costa e Silva (1967 a 1969), tenha havido a implementação de políticas voltadas para o crescimento econômico. No governo de Emílio Médici (1969 a 1973) a economia brasileira alcançou um crescimento surpreendente, com uma taxa média de crescimento do PIB de 11% ao ano e uma taxa de investimento de 19%, no período de 1968 a 1973, passou a ser chamado de “milagre econômico” (GIAMBIAGI *et al.*, 2011),

Após esse período onde a política industrial ficou em segundo plano, em 1974, no governo de Geisel (1974 a 1978), com o lançamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) (1975 a 1979), a política industrial retoma lugar de destaque dentre as políticas econômicas. Segundo Pinheiro (2013), o II PND intensificou a política de substituição de importações, com foco agora nos setores de petroquímica e metais não ferrosos, e indústrias de tecnologia avançada (telecomunicações, aeronaves, armamentos, energia nuclear e informática), aprofundando também a substituição de importações de bens de capital. O plano intensificou a proteção dos setores escolhidos, controlando fortemente a importação, resultando em uma economia ainda mais fechada, além de implicar em baixa concorrência externa, baixa produtividade e adoção de padrões tecnológicos atrasados. Houve intensificação de mecanismos de crédito e financiamento à exportação e no que se refere ao

investimento em infraestrutura, as empresas estatais continuaram a ter papel preponderante, com foco nas áreas de comunicação, urbanização e saneamento.

Segundo Campos *et al.* (2014), embora o plano tenha provocado crescimento do PIB e do setor industrial, o II PND causou diversos problemas, como o aumento da dívida externa, que passou dos US\$ 7 bilhões, entre 1968 e 1973, para US\$ 31,6 bilhões entre 1974 e 1979, o agravamento das desigualdades sociais do país e da taxa de inflação, que chegou a 80% ao ano no final de 1979.

Dadas as crises no final da década de 1970 e início da década de 1980, o aparato protecionista foi intensificado e os subsídios à exportação foram ampliados, de modo a promover aumentos no saldo da balança comercial. Devido ao crescente agravamento do processo inflacionário e dos desequilíbrios macroeconômicos, foram reduzidos muitos dos investimentos públicos, mas com a permanência de um ambiente autárquico da economia brasileira. Porém, a partir da década de 1990, inicia-se um processo de abertura da economia e uma redução do papel do governo como empresário (PINHEIRO, 2013). A política industrial passa a ter importância e utilização cada vez menores no cenário econômico brasileiro, até voltar a ser instrumento de desenvolvimento econômico no início dos anos 2000.

No Quadro 5 pode-se observar o desenvolvimento econômico brasileiro através de indicadores econômicos e sociais.

Quadro 5 - Indicadores econômicos e sociais do Brasil (1960 a 2010)

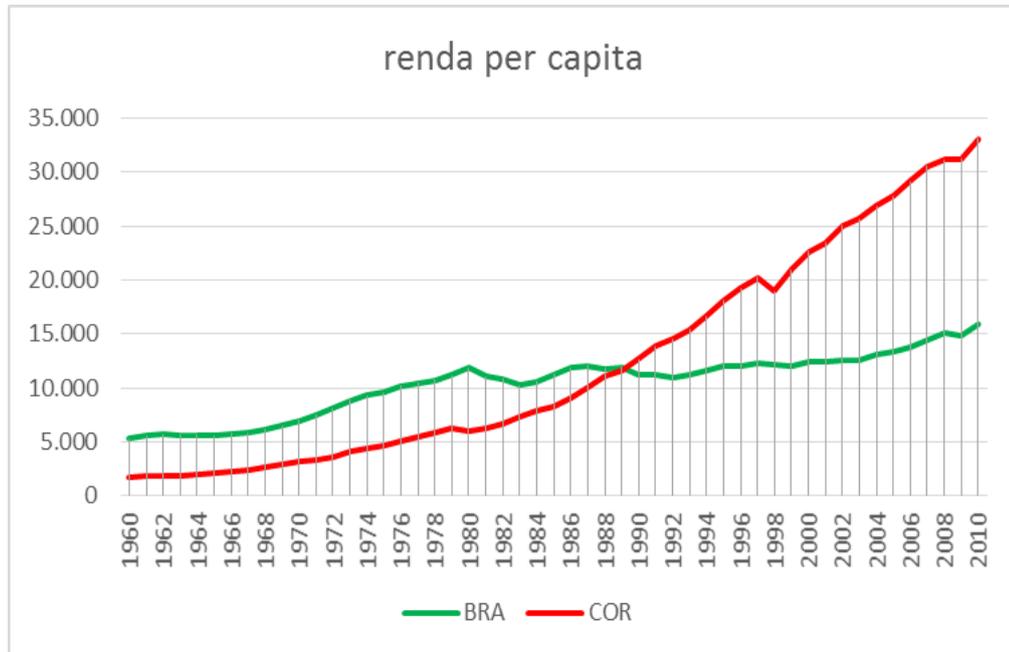
Indicador	1960	1970	1980	1990	2000	2010
Taxa de Crescimento do PIB (%)	10,27	8,76	9,11	-3,10	4,11	7,52
Renda <i>per capita</i> (US\$)	5.335,85	6.535,61	11.872,23	11.243,83	12.406,71	15.853,23
Taxa de Inflação (%)	31,30	17,09	87,30	2.700,44	5,88	8,42
Produtividade do Trabalho (US\$)	14.701,55	19.918,38	29.260,34	23.929,82	27.788,14	32.014,97
IDH	--	--	--	0,61	0,68	0,72

Fonte: Elaboração própria, de acordo com dados do Banco Mundial, do *Total Economy Database* e da ONU.

Comparando com os dados do Quadro 1, pode-se notar uma significativa diferença entre o desenvolvimento das economias brasileira e sul-coreana, a partir do Gráfico 1, que apresenta uma comparação entre as rendas *per capita* (em termos de dólares PPP) dos

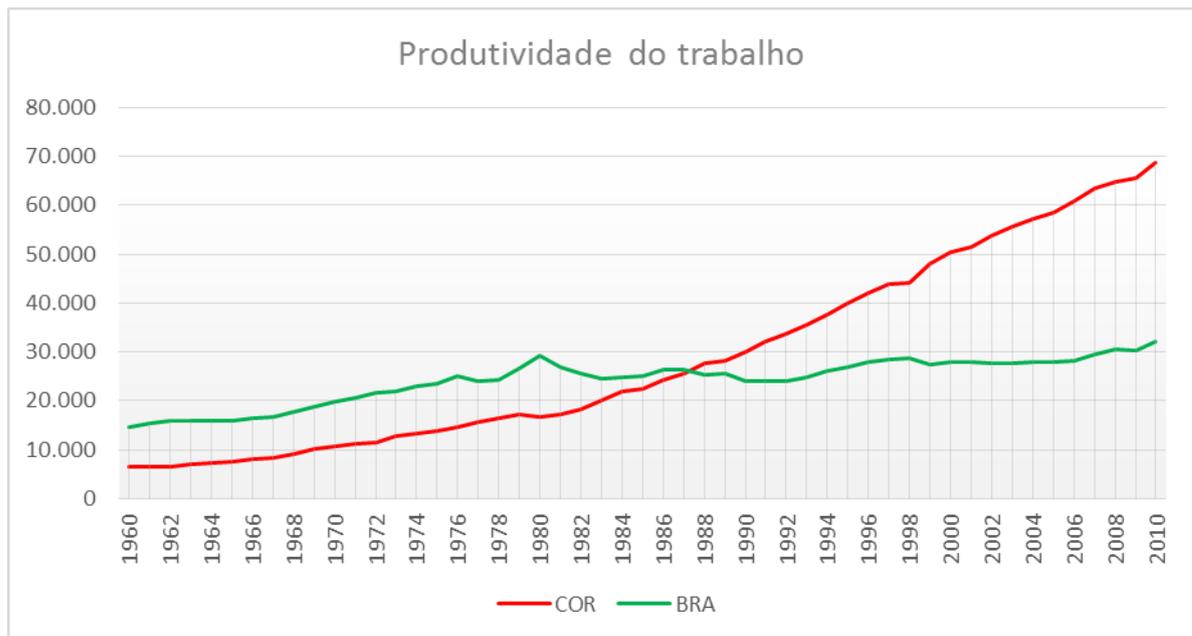
dois países, e do Gráfico 2, que apresenta uma comparação entre a produtividade desses países.

Gráfico 1 - Comparação entre as rendas per capita brasileira e sul-coreana (1960 a 2010)



Fonte: Elaboração própria, de acordo com dados do *Total Economy Database*.

Gráfico 2 - Comparação entre a produtividade dos trabalhadores brasileiro e sul-coreano (1960 a 2010)



Fonte: Elaboração própria, de acordo com dados do *Total Economy Database*.

Analisando os gráficos pode-se observar que a partir de 1980 a Coréia do Sul continua com sua arrancada ao desenvolvimento, enquanto o Brasil apresenta uma queda em seu crescimento, com redução dos indicadores, e logo depois assume uma precária recuperação de sua economia. Visto que ambos os países se utilizaram de políticas industriais com o objetivo de promover a industrialização e o desenvolvimento econômico, é preciso investigar por que motivo se observa tamanho deslocamento de renda e de produtividade entre eles.

Pinheiro (2013) ao comparar as experiências de política industrial do Brasil com as do Leste Asiático, afirma que uma diferença marcante são os incentivos para ganhos de produtividade nos países em questão. Tomando o caso da Coréia do Sul, o autor argumenta que, na Coréia, os setores objetos de política industrial sempre foram expostos a mecanismos que combinavam incentivos e punições, com metas fixadas a serem cumpridas, além de sinalização por parte do governo da redução de proteção de forma gradual, promoção das exportações e aumento da competitividade internacional. Já no Brasil, a política industrial gerou um mercado doméstico isolado da competição internacional e nenhuma sinalização de redução de proteção foi emitida, proporcionando incentivos à ineficiência. Os setores fortemente protegidos, portanto, não conseguiram alcançar competitividade internacional, tendo que se desenvolver a partir do uso de tecnologias defasadas.

Outro ponto destacado pelo autor está relacionado à capacidade do país em absorver a tecnologia de países avançados a partir da importação, principalmente de bens de capital. Enquanto no Brasil houve crescente desestímulo à importação de insumos intermediários em favor da produção doméstica, a Coréia do Sul não apresentou nenhuma barreira à importação de insumos, muitas vezes até incentivando tal prática. De acordo com o autor, a importação de insumos é um importante canal pelo qual as empresas de países em desenvolvimento absorvem tecnologia dos países desenvolvidos, e que no caso dos países do Leste Asiático essa atividade foi facilitada a partir da criação de mecanismos de incentivos a pesquisa e desenvolvimento e inovação, uma vez que a utilização local de tecnologias que já são empreendidas em outros países não é imediata e precisa de adaptações.

De acordo com Miltons e Michelin (2008), há um relativo consenso de que a educação melhora a qualidade da força de trabalho, tornando-a mais apta a absorver, reproduzir e desenvolver tecnologias, e nesse sentido a Coréia do Sul atingiu um elevado nível de qualificação de sua mão-de-obra por meio da educação formal. Segundo os autores, no final da década de 1960 a educação básica atingiu a universalização, assim como o ensino médio na década de 1980, e nos anos de 1990 tem-se a expansão do número de matrículas no

nível superior, além da promoção do desenvolvimento da criatividade individual, a partir de propostas para um currículo que desenvolvesse personalidade e criatividade, objetivando elevar a Coréia do Sul ao status de sociedade do conhecimento. Enquanto isso, no Brasil, segundo Oliveira e Mariano (2017), somente a partir da Constituição Federal de 1988 a educação e as políticas públicas educacionais começam a ganhar centralidade, com ênfase ao processo da universalização da educação básica no Brasil, sendo que essa perspectiva torna-se mais expressiva somente a partir dos anos de 1990.

Segundo Dias (2008), um traço da industrialização brasileira é a importação de tecnologias provenientes de países mais avançados, porém, a inserção dessas tecnologias criadas em condições completamente diferentes acabaram causando instabilidade econômica e aprofundamento das desigualdades sociais e entre os setores da economia, dada a problemática brasileira da baixa formação de mão de obra e menor capacidade de absorção e adaptação às condições tecnológicas. Por outro lado, a importação de tecnologias na Coréia do Sul apresentou um efeito positivo sobre a economia, devido à incorporação ativa das capacidades técnicas, além de ter permitido que o país tornasse endógena a dinâmica de desenvolvimento tecnológico.

Dias (2008) ressalta em seu artigo as principais diferenças nos processos de industrialização brasileiro e sul-coreano. Entre elas, o autor cita o papel do Estado, que no caso do Brasil em alguns períodos da história - como a era Vargas e no governo de JK - foram críticos, no que diz respeito a uma postura mais ativa do Estado em relação às questões econômicas do país, partindo da orientação, apoio e controle de diversas atividades da economia, esses períodos foram marcados pelo intenso uso dos instrumentos de atuação do Estado sobre a economia. Embora o papel do Estado na economia coreana seja frequentemente destacado como um dos principais fatores que explicam o desempenho do país na década de 1960, o Estado demonstrou grande competência, se utilizando de mecanismos para incentivar o capital privado e construindo um ambiente favorável à inserção competitiva da Coréia no comércio internacional.

Outra diferença destacada pelo o autor que está relacionada com o ponto anterior é a força do capital privado nacional. Enquanto no Brasil, apesar dos esforços industrializantes do governo, não houve formação de grandes grupos privados nacionais para competir com as grandes multinacionais, na Coréia do Sul se verificou a formação de grandes grupos industriais nacionais, os *chaebols*, que foram de grande importância para a inserção competitiva das empresas sul-coreanas no exterior.

Além desses fatores, Dias (2008) chama atenção para o caso da concentração de renda no Brasil. Um dos problemas ocasionados pela concentração de renda é a baixa demanda por bens manufaturados de maior valor agregado no mercado interno. A elevada concentração de renda no Brasil acabou gerando uma tendência a estagnação dos investimentos e à perda de dinamismo econômico dada a baixa demanda por bens de consumo de maior valor agregado. No caso coreano, a realização da reforma agrária conduziu a sociedade a uma menor concentração de renda, e assim possibilitou a formação de um mercado consumidor maior. O autor também faz referência ao problema do processo de substituição de importações. Enquanto que no caso sul-coreano a SI se deu apenas como um processo, no caso brasileiro, assim como da América Latina, ela foi tomada como um “modelo de desenvolvimento”.

Como visto, diversos fatores influenciaram a profunda disparidade entre os resultados das políticas industriais da Coreia do Sul e do Brasil; enquanto no primeiro país a política industrial se apresenta como um mecanismo para a promoção da exportação de modo a aumentar competitividade sul-coreana, sendo assim necessário uma constante adaptação ao mercado mundial e absorção e depois criação de tecnologias, no caso brasileiro, assim como no da América Latina, a adoção da substituição de importações como política resultou em defasagens tecnológicas e em um setor produtivo doméstico despreparado para enfrentar as constantes mudanças do mercado mundial.

No Quadro 6 pode-se observar os dados referentes a escolaridade brasileira e sul-coreana e à distribuição de renda em ambos os países entre as décadas de 1970 e 1990, onde pode-se verificar como a escolaridade dos sul-coreanos era superior ao do Brasil em relação aos anos de estudo.

Quadro 6 - Escolaridade e Distribuição de renda da Coreia do Sul e do Brasil (1970 a 1990)

Indicador	País	1970	1975	1980	1985	1990
Escolaridade (em anos) *	Coreia do Sul	8,3	8,8	9,9	11,0	12,0
	Brasil	2,60	---	3,90	---	5,1
Coeficiente de GINI **	Coreia do Sul	0,33	0,39	0,39	0,34	0,33
	Brasil	0,56	---	0,59	---	0,63

Fonte: Yoon e Souza (2001 *apud* Yoon 1999).

*Faixa de idade: 20 a 29 anos.

** Mede a distribuição de renda.

De acordo com Kim (1991), a Coréia do Sul alcançou uma grande transformação com um grau de distribuição de renda relativamente equitativa pelos padrões internacionais. Segundo Yoo (2008), comparando-se com outros países no estágio similar do desenvolvimento, o coeficiente de GINI foi relativamente “baixo”, sendo menor que o dos EUA e comparável a alguns países europeus. Dado que o Coeficiente de GINI mede o grau de concentração de renda e que quanto maior o seu valor mais desigual é o país em determinado ano, a Coréia do Sul manteve sua desigualdade de renda bem abaixo do que o Brasil apresentou no período analisado acima.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política industrial, por ser uma forma de intervenção do Estado na economia, é uma pauta sempre controversa, onde a discussão inicia-se já na sua própria definição e nível de abrangência ótimo. Enquanto alguns autores defendem seu uso e a consideram uma ferramenta útil e muitas vezes necessária para a promoção do desenvolvimento econômico de um país, outros acreditam que ela não só gera distorções na economia como também setores ineficientes protegidos, e que o mercado livre é sempre a melhor escolha.

Contudo, os resultados das experiências de implementação de políticas industriais são diversos e muitos estudiosos se baseiam nesses casos de modo a demonstrarem o sucesso ou o fracasso em que as políticas industriais podem resultar. Entre os exemplos de fracasso muitas vezes utilizado tem-se a América Latina, e já entre os casos de sucessos muitas vezes apresenta-se alguns países do Leste Asiático, como Japão, China e Coreia do Sul.

A Coreia do Sul é muitas vezes utilizada como objeto de estudo devido ao seu desenvolvimento econômico rápido e elevado, após um período de colonização que durou 35 anos e que trouxe tanto um certo nível de modernização para o país como exploração dos cidadãos, e uma guerra civil que provocou milhares de mortes, fome extrema e destruição de sua pouca estrutura industrial herdada da era da ocupação japonesa. A Coreia do Sul passou de uma nação subdesenvolvida a uma nação desenvolvida e de renda alta em três décadas.

Diversos estudiosos associam o seu desempenho ao uso de políticas industriais, iniciada com ISI, partindo para uma orientação para exportação a partir do primeiro dos sete Planos Quinquenais. Os Planos Quinquenais eram coesos e complementares, permitindo uma industrialização gradual e promissora. No sétimo plano tem-se a mudança do Plano Quinquenal para o Novo Plano de Desenvolvimento em 1993 tendo como objetivo o total desprendimento da economia com o governo, e em 1994 a política industrial como instrumento de desenvolvimento econômico é deixada para um segundo plano, esse cenário de abandono da intervenção do Estado na economia se torna ainda mais efetivo com a entrada da Coreia do Sul na OCDE em 1996.

Embora o Brasil também tenha se utilizado de políticas industriais os resultados não foram os mesmos da Coreia do Sul. As explicações para esse fato são diversas, como a proteção excessiva por tempo indeterminado, ausência de metas e uso de tecnologias defasadas no país. A Coreia do Sul experimentou, por outro lado, metas impostas a serem alcançadas e acompanhamento minucioso dos setores privilegiados, retirada gradual dos

incentivos financeiros cedidos a tais setores, incentivo a busca da adaptação às exigências do mercado mundial.

A Coréia do Sul apresentou um crescimento rápido e elevado, porém, com uma desigualdade de renda relativamente baixa, principalmente se comparada ao Brasil. Em 1970, enquanto o Coeficiente de GINI da Coréia foi de 0,33, o do Brasil, para o mesmo ano, foi de 0,56. Além disso, a Coréia manteve altas taxas de crescimento econômico, e uma recuperação rápida quando havia queda, por exemplo, quando em 1980 a taxa de crescimento do PIB foi de -1,7%, já no ano seguinte foi de 7,18%. Contudo, o rápido crescimento e a intervenção do Estado na economia gerou diversos problemas, como o subdesenvolvimento do sistema financeiro e do mercado de câmbio. A estabilização que se deu na década de 1980 foi necessária para a liberalização da economia sul-coreana.

Apesar de este trabalho tomar a política industrial como uma das principais causas do desenvolvimento econômico sul-coreano, foge do escopo deste confirmar ou refutar qualquer conclusão sobre esta relação. Para um debate sobre as linhas de pensamento sobre os motivos que podem ter levado a Coréia do Sul ao sucesso, recomenda-se Lima (2017), que apresenta uma discussão quanto a isso, apresentando as três principais correntes teóricas na interpretação das causas do desenvolvimento econômico sul-coreano, sendo elas: 1) a de cunho clássica, onde a economia sul-coreana foi orientada pelos princípios do mercado, seguindo um modelo de desenvolvimento orientado para fora, onde o Estado teve apenas o papel de criar um arcabouço institucional para a promoção do bom funcionamento do mercado; 2) a heterodoxa endogenista, que coloca o Estado como elemento crucial desse processo; 3) e a que defende que o cenário externo se mostrou sempre favorável ao país, gerando as condições necessárias para o desempenho da economia sul-coreana. A relação feita aqui foi baseada em alguns estudos realizados por especialistas em desenvolvimento econômico e recomenda-se a leitura e acompanhamento de seus trabalhos para maior inserção no assunto.

REFERÊNCIAS

- AINGINGER, K. **Industrial Policy: A Dying Breed or A Re-emerging Phoenix**. Viena, 2007. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.140.2366&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 08 de nov. 2018.
- AQUINO, P. N. Implicações da eventual reunificação da Coreia. In: GUIMARÃES, S. P.; (Org.). **Coréia: Visões Brasileiras**. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 2002. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/index.php?route=product/product&product_id=430>. Acesso em: 27 de out. 2018.
- AYMES, J. F. L. **Bases del desarrollo industrial en Corea del Sur: análisis de la política económica integral**. Observatorio Virtual Asia-Pacífico, 2016. Disponível em: <https://www.utadeo.edu.co/files/collections/documents/field_attached_file/jf_lopez_aymes_bases_del_desarrollo_industrial_en_corea_del_sur_-_ovap.pdf>. Acesso em: 05 de nov. 2018.
- BANCO MUNDIAL. **World Development Indicators Database**. World Bank, 2018. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/country/>>. Acesso em: 2 out. 2018.
- CAMPOS, A. C. *et al.* **Política industrial e desenvolvimento econômico: a reatualização de um debate histórico**. Revista de Economia Política, v. 34, n.1, p. 103-119, 2014. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rep/v34n1/v34n1a07.pdf> >. Acesso em: 29 de out. 2018.
- CANÊDO-PINHEIRO, M. *et al.* **Por que o Brasil não Precisa de Política Industrial**. Ensaio Econômico, Rio de Janeiro, n. 644, p.1-39, mar. 2007. Disponível em: < http://www.economia.puc-rio.br/gfranco/SPessoa_Pol_Industrial.pdf>. Acesso em: 24 out. 2015.
- CHANG, H. **Chutando a Escada: A estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica**. Tradução: Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- DE OLIVEIRA, M. A.; DE SOUZA, T. M. Política educacional como via de acesso ao direito de cidadania na Educação Básica. **Revista Includere**, v. 3, n. 1, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufersa.edu.br/index.php/includere/article/view/7405/pdf>>. Acesso em: 02 de nov. 2018.
- DEVARAJAN, S. **Three reasons why industrial policy fails**. [S.I.], 2018. Disponível em: < <https://www.brookings.edu/blog/future-development/2016/01/14/three-reasons-why-industrial-policy-fails/>>. Acesso em: 24 de set. 2018.
- DI MAIO, M. Industrial Policy. In: ALDER, B. C., KANBUR, R., MEDHORA, R. (Eds.). **International Development: Ideas, Experience, and Prospects**. Oxford: Oxford University Press, 2014. Disponível em: <<http://www.masterhdfs.org/masterHDFS/wp-content/uploads/2014/05/Di-Maio-2014-Industrial-policy.pdf>>. Acesso em: 05 de nov. 2018.

DIAS, R. **O Brasil e a Experiência Sul-Coreana: Um Rumo Alternativo?**. Redes, vol. 14, pp. 195-219, Universidad Nacional de Quilmes, Buenos Aires, 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=90717083011>>. Acesso em: 06 de nov. 2018.

FERREIRA, P.C. Sobre a Inexistente Relação entre Política Industrial e Comércio Exterior. **Economia Aplicada**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 523-541, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502005000400001>. Acesso em: 05 de nov. 2018.

FERREIRA, P. C.; HAMDAN, G. Política industrial no Brasil: Ineficaz e regressiva. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v 5, p. 305-31, 2004. Disponível em: <<http://www.fgv.br/professor/epge/ferreira/FerreiraHamdan.pdf>>. Acesso em: 20 de out. 2018.

GIAMBIAGI, F. *et al.* **Economia Brasileira Contemporânea [1945-2010]**. 2. ed. Rio de Janeiro: CAMPUS, 2011. Disponível em: <http://home.ufam.edu.br/andersonlfc/Economia_Brasileira_Contemporanea/ECONOMIA%20BRASILEIRA%20CONTEMPOR%C3%82NEA%20A%20ED.pdf>. Acesso em: 02 de nov. 2018.

JAKOBSEN, K. Movimento sindical no processo político da Coreia do Sul. In: GUIMARÃES, S. P.; (Org.). **Coreia: Visões Brasileiras**. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 2002. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/index.php?route=product/product&product_id=430>. Acesso em: 27 de out. 2018.

KIM, K.S. **The Korean miracle (1962–80) revisited: myths and realities in strategies and development**. In Asian Industrialization and Africa, Edited by: Stein, H. London: Macmillan, 1995. Disponível em: <https://kellogg.nd.edu/sites/default/files/old_files/documents/166_0.pdf>. Acesso em: 04 de nov. 2018.

LEE, J. *et al.* Industrial policy as an engine of economic growth: A framework of analysis and evidence from South Korea (1960–96). **Business History**, v. 54, n. 5, p. 713-740, 2012. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00076791.2012.683420>>. Acesso em: 29 de out. 2018.

LIMA, U. M. **A inserção da coreia do sul na cadeia global automobilística: foco sobre as políticas públicas**. IPEA, Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/171011_cadeias_globais_cap06.pdf>. Acesso em: 10 de nov. 2018.

_____. O debate sobre o processo de desenvolvimento econômico da Coreia do Sul: uma linha alternativa de interpretação. **Economia e Sociedade**, Campinas, v 26, n. 3(61), p. 585-631, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182017000300585&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 23 de nov. 2018.

LIN, J. Y. Industrial Policy Revisited: A New Structural Economics Perspective. In: NOMAN, A.; STIGLITZ, J. E. (Eds.). **Efficiency, Finance, and Varieties of Industrial Policy**. New York: Columbia University Press, 2017. Disponível em: <<https://jacksondetoni.files.wordpress.com/2012/09/akbar-noman-and-joseph-e-stiglitz-varieties-of-industrial-policy-guiding-resources.pdf>>. Acesso em: 15 de out. 2018.

LISBOA, M. B.; PESSOA, S. Crítica ao novo-desenvolvimentismo. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, pp.181-189, 2016. Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/11/pdf_1>. Acesso em: 08 de nov. 2018.

MANRÍQUEZ, J. L. L.; AYMES, J. F. L. Coreia Del Sur. In: MANRÍQUEZ, J. L. L. (Coord.). **Historia Mínima de Corea**. México: El Colegio de Mexico, 2009.

MASIERO, G. A Economia Coreana: Características Estruturais. In: GUIMARÃES, S. P.; (Org.). **Coréia: Visões Brasileiras**. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 2002. Disponível em: <<http://www4.pucsp.br/geap/artigos/art6.PDF>>. Acesso em: 27 de out. 2018.

MILTONS, M. M.; MICHELON, E. **Educação e crescimento econômico na Coréia do Sul**. In: Encontro Regional de Economia - ANPEC-Sul, Curitiba, 2008. Disponível em: <http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI_ANPEC-Sul/artigos_pdf/a2/ANPEC-Sul-A2-08-educacao_e_crescimento_e.pdf>. Acesso em: 02 de nov. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Dados de Desenvolvimento Humano (1990-2017)**. [S.I.], 2017. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/data>>. Acesso em: 28 de nov. 2018.

PINHEIRO, M. C. Experiências comparadas de política industrial no pós-guerra: lições para o Brasil. In: VELOSO, F.; FERREIRA, P. C.; GIAMBIAGI, F.; PESSÔA, S. (Org.). **Desenvolvimento Econômico: umas perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

RODRIG, D. **After Neoliberalism, What?**. This is an edited version of remarks made at a conference on Alternatives to Neoliberalism, in Washington, D.C, 2002. Disponível em: <<http://www.new-rules.org/storage/documents/afterneolib/rodrik.pdf>>. Acesso em: 20 de out. 2018.

_____. **Industrial Policy for the Twenty-First Century**. Cambridge, 2004. Disponível em: <http://www.vedegylet.hu/fejkrit/szvgyujt/rodrik_industrial_policy.pdf>. Acesso em: 01 de nov. 2018.

STIGLITZ, J. E. **Industrial policy, learning, and development**. WIDER Working Paper 2016. Disponível em: <<https://www8.gsb.columbia.edu/faculty/jstiglitz/sites/jstiglitz/files/KOICA%20UNU%20WIDER.pdf>>. Acesso em: 30 de out. 2018.

SUZIGAN, W., FURTADO, J. Política Industrial e Desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 26, p. 163-185, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v26n2/a01v26n2.pdf>>. Acesso em: 08 de nov. 2018.

THE CONFERENCE BOARD. **Total Economy Database**. Disponível em: <<https://www.conference-board.org/data/economydatabase/index.cfm?id=27762>>. Acesso em: 19 out. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Biblioteca Universitária. **Guia de normalização de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal do Ceará**. Fortaleza, 2013.

VIZENTINI, P. N. A Coréia e as grandes potências: Estados Unidos, China, Rússia e Japão. In: GUIMARÃES, S. P.; (Org.). **Coréia: Visões Brasileiras**. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 2002. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/index.php?route=product/product&product_id=430>. Acesso em: 27 de out. 2018.

WESTPHAL, L. E *et al.* Economic Growth in South Korea since World War II. In: FRANK, C. R., KIM, K. S., WESTPHAL, L. E. (Eds.). **Foreign Trade Regimes and Economic Development: South Korea**. Cambridge: NBER Books, 1975. Disponível em: <<https://econpapers.repec.org/bookchap/nbrnberbk/fran75-1.htm>>. Acesso em: 16 de out. 2018.

YOO, I. **Korea's economic development: Lessons and suggestion for developing countries**. Korea Social Science Journal, 2008, 31-63. Disponível em: <http://www.kossrec.org/wp-content/uploads/2015/04/KSSJ_200806_2_%EC%9C%A0%EC%9D%BC%ED%98%B8.pdf>. Acesso em: 20 de out. 2018.

YOON, T. D; SOUZA, N. J. Uma Análise Empírica Sobre os Fatores do Desenvolvimento Econômico da Coréia do Sul: 1961 – 1990. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v 31, n. 2, p. 321-367, 2001. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ee/article/download/117743/115397/>>. Acesso em: 10 de nov. 2018.